

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Portugal está refém da teimosia de Sócrates em investimentos megalómanos!



Destaques:

Manuela Ferreira Leite: «Sempre dissemos que as Pequenas e Médias Empresas são o motor da economia portuguesa»

Pag. 2 e seguintes

PSD quer enquadramento criminal do enriquecimento injustificado

Em “Actividades do PSD”

A Justiça em Portugal parece-lhe confusa?

Eis a «Fórmula Mágica...»

Em “Cartas e Mensagens ao PSD”



Manuela Ferreira Leite na Guarda, Castelo Branco e Aveiro

«Sempre dissemos que as Pequenas e Médias Empresas são o motor da economia portuguesa»

No dia 18, a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, esteve na Guarda, acompanhada pelos responsáveis distritais do nosso Partido, tendo-se realizado um almoço, para mais de três centenas de militantes do Distrito, durante o qual teve ocasião de se dirigir aos companheiros presentes, defendendo - além de outros pontos - “a independência do poder judicial e da investigação”, por considerar que no país existe um “clima de perda de autoridade”.

A Presidente dos sociais-democratas afirmou:

Caros amigos e companheiros, diz-se que a Guarda é Forte, Farta e Fria.

Forte a enfrentar os seus problemas e a lutar pelos seus princípios.

Farta não é certamente, não por falta de saber enfrentar dificuldades, mas antes porque sabe partilhar com os outros aquilo de que dispõe.

Fria só se for na temperatura do ar, porque as suas gentes emanam calor humano suficiente, como aqui se sente.

Por isso, se identificam tanto com o PSD.

O nosso Partido preocupa-se com os problemas das pessoas.

São os seus problemas que nos preocupam.

É para elas que queremos transformar Portugal.

É esse comportamento que tem marcado o trabalho extraordinário dos autarcas Social-Democratas neste Distrito.

A governar as suas comunidades ou na oposição, são a imagem do trabalho, da seriedade, da dedicação em prol dos que mais precisam, de uma obra ímpar que muito os enobrece e a todos nos orgulha.

É no exemplo dos nossos autarcas que vamos construir a confiança dos Portugueses para tirarmos Portugal do



atoleiro socialista.

Caros Companheiros e Amigos, Portugal vive hoje tempos difíceis, tempos muito exigentes.

É “o Estado a que o País chegou”, após este longo período de governação socialista.

Efectivamente, nos últimos catorze anos, os socialistas governaram onze. E os resultados estão à vista. Portugal vive hoje uma situação de crise económica e social que se agrava de dia para dia.

Desde o princípio que dissemos que era fundamental responder-lhe com energia. Com acções de efeito no imediato. Com soluções excepcionais e temporárias. Com uma visão de futuro para o médio e longo prazo. E, sobretudo, sempre dissemos que era crucial responder à crise com verdade, porque só com seriedade se constrói a cumplicidade e a confiança entre governantes e governados, que é imprescindível para vencermos as dificuldades.

Sempre dissemos que as Pequenas e Médias Empresas são o motor da economia portuguesa. São elas que constituem a principal fonte das nossas exportações e são elas as grandes responsáveis pela criação de emprego.

Por isso, apresentámos, em devido tempo, um programa com uma clara opção por medidas que beneficiariam o ambiente de negócios da generalidade das empresas e incentivariam as que revelassem maior dinamismo.

Criticámos por isso, medidas avulsas, que normalmente assentam em critérios de selecção que não são objectivos.

É essa a política que o Governo tem estado a seguir.

Mas sobre esta matéria o Governo não quis ouvir ninguém.

Nem Oposição, nem Sindicatos, nem Sociedade Civil.

Fez o contrário dos outros países.

Agiu sozinho, pensando que o combate à crise beneficiaria o Governo, para só ele beneficiar politicamente aos olhos dos Portugueses.

Aquilo em que pensou foi, apenas, nos benefícios políticos que poderia obter com a crise. Não pensou no que era melhor para o País e para os Portugueses. Do alto da sua soberba não admitiu que a política que estava a seguir estava errada, como nós sempre dissemos e que, portanto, não se poderiam esperar resultados positivos.

Como não quis partilhar com ninguém a sua política, agora os resultados têm, apenas, um rosto - o do Eng.º Sócrates.

Se a política está, ou não, errada, vê-se pelos resultados. E eles aqui estão. Ainda





esta semana, tivemos a notícia dada pelo Banco de Portugal de que a actividade económica, este ano, irá sofrer uma contracção de 3,5%.

É uma notícia chocante, mas que confirma os nossos piores receios. Sempre dissemos que a situação de crise que atravessamos não tem só a ver com a crise internacional, mas com a crise que já cá estava, muito antes da actual crise internacional.

Realmente, ou as medidas que o Governo tem divulgado quase diariamente não passaram de anúncios, ou existiram, mas não produziram efeitos porque foram mal aplicadas. Em qualquer dos casos, é oportuno procurar saber qual a aplicação destas contribuições.

Perante este descalabro é a altura de questionarmos qual o efeito de tantos milhões e milhões que o Governo tem anunciado quase diariamente. De onde vêm esses milhões?

Ou não vêm de lado nenhum - são só anúncios; ou existem - e deviam estar a ter algum efeito.

Temos, por isso, legitimidade, perante esta ausência de resultados, de questionar o Governo sobre a aplicação dos dinheiros das nossas contribuições.

O Governo tem de nos informar sobre o destino desse dinheiro e não pode deixar de o fazer urgentemente, para que a relação de confiança não se deteriore ainda mais. E para a deterioração dessa confiança também tem muito contribuído a percepção que temos sobre o sistema de justiça.

A Justiça atravessa hoje, em Portugal, uma fase muitíssimo complexa.

Para além de outros factos, o Eng. Sócrates acrescentou o ataque e uma intencional desqualificação dos agentes do sector. E por isso, actualmente, existe uma enorme incomodidade e revolta dos magistrados. Mas o que é preocupante é o descrédito dos cidadãos face ao funcionamento da justiça.

A Justiça é um pilar essencial do Estado de Direito. Do seu bom funcionamento dependem as nossas liberdades. Não acreditar na Justiça é viver num Estado democrático em que falta uma das suas principais componentes.

Nada disso parece preocupar este Governo.

Pelo contrário. De altos responsáveis ouvimos e percebemos atitudes que são machadadas na credibilidade da Justiça. Há um clima de descrença, de erosão de valores e de perda da autoridade que não é aceitável.

Existe um desconfortável sentimento de impunidade na sociedade portuguesa.

Não podemos continuar de braços caídos no combate à corrupção.

É um combate que devemos travar em nome da dimensão ética da Democracia.

E é cada vez mais claro que o Estado não está a fazer tudo o que devia para que a sociedade ganhe este combate. Pior. Empurrado pela pressão dos acontecimentos, o Governo faz o que não deve, para fugir a fazer o que tem de ser feito. E o que tem de ser feito é inverter o actual sentimento de impunidade e termos sinais concretos de que a realidade não é o que se sente.

Precisamos de instrumentos, de instrumentos sérios, que permitam perseguir os infractores e punir os culpados.

Precisamos de sentir, de ter sinais, de que existe autoridade e independência da investigação criminal. A independência do poder judicial e da investigação são valores inestimáveis para os cidadãos.

E é por isso que a ideia de que possa haver a tentação de as diminuir ou condicionar é intolerável.

Infelizmente, temos assistido a essa irresponsabilidade.

Por um lado, tem-se acusado a Comunicação Social de campanhas que podem influenciar as investigações. Mas, por outro lado, há quem ceda à tentação de utilizar o palco da comunicação social para tentar condicionar o que só à justiça cabe investigar. Tudo isto é inaceitável.

Caros Companheiros e Amigos, chegou a hora da verdade.

A hora de responsabilizarmos quem nos governa pelo “estado a que o País chegou”, quem nos tem governado com arrogância, desperdiçando os anos de boa conjuntura internacional e fazendo o País andar para trás; quem nos tem governado com incompetência, e se mostra desnorteado e sem convicção quanto ao que fazer para ultrapassar a crise.

Chegou a hora de verdadeiramente escolhermos se aceitamos como fatalidade o empobrecimento para que nos empurram as políticas socialistas. Se aceitamos continuar esta política de engano e de ilusão. Se aceitamos baixar os braços e hipotecar o nosso futuro!

Eu acredito que não estamos condenados a empobrecer.

Acredito que há outra forma de estar e fazer política: com Verdade, com Seriedade, com Dignidade.

A pensar em Portugal e no bem-estar dos Portugueses, com a prioridade nos que mais sofrem, e o respeito pelos direitos das novas gerações.

Não é com mais política espectáculo, com a aposta obsessiva na propaganda e na imagem que se resolvem os problemas nacionais.

Temos a obrigação, como País, de interromper esta política de fantasia e despertar para a realidade. É essa a nossa responsabilidade, é para nós que os Portugueses olham com esperança e como alternativa.

Uma alternativa de verdade e de seriedade, que investe na dignidade das pessoas, que acredita numa economia

bem, de grandes princípios e de valores, calorosas no trato e no acolhimento, de fortes princípios quanto ao caminho a seguir e as decisões a tomar para vencer os problemas e realizar as suas legítimas ambições.

Por isso, se identificamos tanto com o PSD.

É que, para nós, o mais importante são as pessoas e os valores humanos.

São os seus problemas que nos preocupam, é para elas que queremos transformar Portugal.

É esse exemplo que tem marcado



dinâmica e competitiva, num País coeso e solidário, com um investimento equilibrado entre o litoral e o interior, com Portugueses preparados para enfrentar e vencer os desafios que temos pela frente.

É precisamente nestes momentos que todos somos precisos.

É precisamente nestes momentos que Portugal se habituou a contar com o PSD.

Com a nossa disponibilidade para servir, com a nossa seriedade, com a nossa cultura de verdade na política.

Só nós temos capacidade para dar a volta ao fracasso da governação socialista.

É por isso que estamos aqui, para responder afirmativamente a essa esperança.

Para transformar Portugal!

Em Castelo Branco:

Portugal está refém da Teimosia de Sócrates em investimentos megalómanos!

Já na véspera, Manuela Ferreira Leite tinha também trabalhado com dirigentes do PSD em Castelo Branco, onde esteve presente num jantar-comício, com mais e 500 militantes do Distrito.

A presidente do PSD, falando aos militantes sobre o actual governo socialista, não teve dúvidas em classificar como “chocante” a recessão de 3,5 por cento prevista pelo Banco de Portugal para o nosso País e considerou que Portugal está “refém” da “teimosia” do primeiro-ministro em “investimentos megalómanos”.

Manuela Ferreira Leite afirmou

Caros amigos e companheiros, é bom estar aqui em Castelo Branco.

Sentir o vosso empenho e o vosso apoio é, para mim, um enorme suplemento de energia. E faz-me sentir em casa.

Agradeço-vos muito por isso.

Eu sei que as pessoas de Castelo Branco, de todo este Distrito, são pessoas de

o trabalho extraordinário, dos autarcas Social-Democratas neste Distrito.

A governar as suas comunidades ou na oposição, são a imagem do trabalho, da seriedade, da dedicação em prol dos que mais precisam, de uma obra ímpar que muito os enobrece e a todos nos orgulha.

É no exemplo dos nossos autarcas que vamos construir a confiança dos Portugueses, para tirarmos Portugal do atoleiro socialista.

O julgamento da Presidente do PSD é directo, quando disse: “Caros Companheiros e Amigos, Portugal vive hoje tempos difíceis, tempos muito exigentes. É o estado a que o País chegou, após este longo período de governação socialista. Efectivamente, nos últimos catorze anos, os socialistas governaram onze. E os resultados estão à vista: Portugal vive hoje uma situação de crise económica e social que se agrava de dia para dia.

“Perante este quadro negro, será possível que o engenheiro Sócrates ainda reafirme que mantém as decisões sobre investimentos megalómanos, desprezando os seus efeitos no futuro”, referiu Manuela Ferreira Leite que acusou o Governo socialista de deixar uma pesada factura do investimento público para o futuro em obras como a alta-velocidade ferroviária ou concessões rodoviárias. “Será que o nosso País pode ficar refém da teimosia de um só homem” - questionou.

Com os números da crise como pano de fundo, Manuela Ferreira Leite considerou ineficazes as medidas que têm sido anunciadas pelo Governo.

Um cenário que leva a presidente do PSD a lançar sempre perguntas concretas ao Governo, que tem de ser repetidas até serem respondidas, porque o teimoso silêncio do Governo tem de ser quebrado. O PSD quer saber “...quais os montantes exactos que estão em causa para cada





um dos sectores considerados? Quais os critérios de atribuição dessas ajudas? Quais os efeitos reais dessas ajudas nas empresas? Quais as consequências destes pacotes financeiros no endividamento, no orçamento e na situação do País”.

“Quem nos informa sobre isto?”, questionou. “Nós pagamos e não há resultados. Ao fim destes meses todos, estamos cada vez pior”, rematou, sublinhando que “o Governo tem obrigação de informar os portugueses”.

“Chegou a hora da verdade, a hora de responsabilizar quem nos governa pelo estado a que o País chegou. É nestes momentos que o País se habituou a contar com o PSD”, acrescentou.

Já a terminar, afirmou, referindo-se a todos os sociais-democratas, que “... com a nossa disponibilidade para servir, com a nossa seriedade, com a nossa cultura de verdade na política, só nós temos capacidade para dar a volta ao fracasso da governação socialista. /.../ É por isso que estamos aqui, para responder afirmativamente a essa esperança e para transformar Portugal!

“Portugal de Verdade” em Aveiro “Educação: pela exigência, o mérito e o direito de escolha”

A cidade de Aveiro acolheu, no passado dia 16 de Abril, a sexta Sessão do Fórum Portugal de Verdade subordinada ao tema “Educação: pela exigência, o mérito e o direito de escolha”.

Quase mil militantes e simpatizantes estiveram presentes e mais cerca de 1400 que acompanharam a sessão via Internet, assistiram, ao longo de 2h30m, a uma discussão marcada por intervenções de elevada qualidade, aberta, plural e participada. Na plateia marcaram presença cerca de 24 entidades independentes, representantes de agrupamentos de escolas, associações de pais e de estudantes e autarcas.

O Vice-Presidente do PSD José Aguiar Branco, que abriu e encerrou os trabalhos, referiu a elevada qualidade do painel de oradores constituído por José Manuel Canavarro (Professor Universitário), Natividade Correia (Professora do Ensino Secundário) e Nuno Crato (Professor de Matemática e Presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática), na sessão moderada pelo Prof. Marcelo Rebelo de Sousa.

A tónica das intervenções assentou na referência à importância que a qualidade do Sistema de Ensino tem no futuro do País e nos efeitos nefastos que a Política de Educação do Governo Socialista tem vindo a causar ao Ensino Público. Neste sentido, a aposta na exigência, no estabelecimento de objectivos claros, numa avaliação, de alunos e professores, independente e credível, na promoção do mérito surgiram como a resposta necessária aos problemas com que a Educação em Portugal se depara. Para que isto seja possível há que “reformular de alto a baixo o espírito do Ministério da Educação, dominador, controlador e centralizador”, defendendo-se, por isso, a descentralização das decisões para dar “liberdade às escolas e às autarquias” e sermos capazes de mobilizar a escola, a família, os professores num projecto comum. Não é possível reformar o Sistema de Ensino contra os professores.

A projecção de um vídeo inicial contextualizou os constantes e contínuos alertas do PSD, protagonizados pela sua líder Dr. Manuela Ferreira Leite, quanto aos erros e consequências das políticas que têm vindo a ser seguidas.

A intervenção de José Manuel Canavarro ficou marcada pela defesa da criação de aulas de explicações realizadas de forma individualizada ou em pequenos grupos que, comprovadamente, produzem melhores efeitos que as actuais aulas de recuperação. Chamou também a atenção para a necessidade imperiosa de se intervir nos currículos do 2º e 3º ciclo, visando a sua focalização, contrariando a actual ‘dispersão’ de disciplinas que nada acrescentam à qualidade do ensino.

O Programa “Novas Oportunidades”, para José Manuel Canavarro, apresenta algumas virtudes, mas considera fundamental que seja desenvolvido numa maior aproximação com as empresas. O estabelecimento de parcerias público-privadas deve ser explorada para fazer face a algumas situações, mormente na gestão de “escolas difíceis” e no aproveitar das qualidades e capacidades associadas ao sector privado e que podem ajudar a qualificar a ‘Escola Pública’.

Ana Natividade Correia lamenta que a “família não valorize a escola” defendendo, também, uma maior aproximação entre a escola, professores e alunos. Para a docente, o esforço deve ser premiado”, assim como deve haver exigência na aprendizagem e “penalização dos que nada querem saber”. Há outros factores também destacou, como a necessidade de “saber fazer bem; não basta passar de ano”. Por outro lado, questionou acerca dos “saberes importantes”, uma vez que os alunos “não têm tempo de reflectir e cimentar saberes” dada a elevada carga horária a que estão sujeitos. O esforço está presente no seu discurso, esclarecendo que “estudar não é lúdico e contemplação, exige esforço”. Na sua intervenção salientou ainda a inexistência de uma



cultura de mérito e as dificuldades que, os actuais critérios de avaliação, colocam a uma avaliação objectiva e justa dos conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Nuno Crato teve uma intervenção bastante incisiva, tendo assumido algumas posições radicais propondo “acabar com o Ministério da Educação e constituir um Ministério pela Educação que faça meia dúzia de coisas simples, mas eficazes”.

A gestão do parque escolar, das carreiras e dos salários e a encomenda a uma entidade externa dos exames devem fazer parte das atribuições do MNE. Quanto ao resto “deixe as escolas funcionarem”.

“Deve-se fazer um Ministério que tenha a Educação como objectivo e não como sua pertença; que seja mais ligeiro, que não aborreça os professores com coisas secundárias e que faça o que há muitos anos não tem coragem de fazer: traçar metas e avaliar os resultados”, concluiu.

Nuno Crato acusou o governo de instituir “comissários políticos para controlar os manuais escolares, com base em doutrinas pedagógicas ultrapassadas” e reclamou “seriedade na avaliação dos alunos”.

“O que tem existido em Portugal é a ausência de exames. Ao longo dos nove anos de ensino obrigatório, das 30 ou 40 disciplinas, quantas são avaliadas? Português e Matemática. E quanto vale a avaliação dos exames? 30 por cento. Perante isto mais vale dizer que não há exames”, comentou.

Para Nuno Crato, “é preciso que haja mais exames e que sejam fiáveis, pois ninguém acredita que em dois anos é possível passar de média de Matemática de oito para 14”.

“Os exames devem sair do Ministério da Educação, criando um gabinete de avaliação independente, até porque temos vindo a assistir a algo sem precedentes que é a utilização da avaliação como arma política”, concluiu.

Após as intervenções, seguiu-se um período de debate onde houve lugar a cerca de 30 intervenções/questões.

O balanço da sessão foi realizado por Marcelo Rebelo de Sousa que a classificou como excepcional, aludindo à qualidade e pertinência das intervenções. Resumiu o encontro referindo as várias questões abordadas: “Qual é o papel dos alunos? Como mobilizar os professores e





as famílias?, Como fazer para reformar o Ministério da Educação?, Como preparar as autarquias locais para as novas e futuras responsabilidades? Como fazer com que os portugueses percebam a importância da educação no desenvolvimento do país?”.

No encerramento, José Aguiar Branco congratulou-se com os resultados obtidos e com o ambiente que se viveu, onde a “asfixia democrática” esteve ausente, e deu para sentir o ADN do Partido Social-Democrata reflectido no debate plural e na participação livre a que se assistiu. “Com iniciativas destas sente-se que o PSD é fiável e reúne as condições para, em diálogo com os agentes e a Sociedade Civil, propor Programas e Políticas Coerentes” – concluiu.

Este foi mais um momento aberto à diversidade de pensamento, à opinião livre, a soluções inovadoras e de ruptura que constituem o mote que preside às sessões enquadradas no Fórum Portugal de Verdade, promovido pelo PSD.

No final da sessão, e perante a Comunicação Social, Manuela Ferreira Leite sintetizou algumas das principais conclusões deste debate, que não deixarão de ser tidas em conta no Programa de Governo que o PSD vai apresentar, e que espera possa merecer a confiança dos Portugueses, porque construído com eles, com a sua participação activa.

Como Manuela Ferreira Leite viu o debate

O debate sobre a Educação realizado no fórum “Portugal de Verdade” promovido pelo PSD em Aveiro serviu para demonstrar “o descrédito em que caiu o sistema educativo”, considerou a líder do nosso partido, Manuela Ferreira Leite.

No final da iniciativa social-democrata, a Presidente social-democrata concluiu, das intervenções dos oradores convidados, que “não há avaliação correcta nem dos alunos, nem do sistema”.

- Fontes: Lusa, Gabinete da Presidência, Distrital de Aveiro. Fotos: Luis Saraiva, Lusa, José Marques

Conferência de Imprensa na Sede do PSD

«...temos, não somente a crise internacional mas também, de raiz, de uma crise interna»

No dia 14, em conferência de Imprensa, na sede social-democrata, a presidente do PSD exigiu saber “para quem e para

onde” foram os “milhões de euros” anunciados pelo Governo como forma de combater a crise, com resultados que são “no sentido contrário”.

“Este é um ponto que vou sublinhar com muita veemência até que obtenha uma resposta por parte do Governo”, declarou Manuela Ferreira Leite, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD.

A presidente do PSD sublinhou que estão em causa “as contribuições” dos portugueses e prometeu insistir até obter do Governo “os elementos de quais são as empresas que estão a ser apoiadas, em que sentido, quais as medidas que efectivamente estão a ser tomadas, quem está a beneficiar delas”.

Manuela Ferreira Leite manifestou-se “disponível para apoiar” a proposta do PCP de criação de um grupo de trabalho no Parlamento para fiscalizar os contratos do Estado com empresas e os apoios públicos dados a empresas.

“Estou disponível para apoiar qualquer iniciativa que conduza ao escrutínio do Governo em relação ao combate à crise”, declarou.

A presidente do PSD acrescentou que está “pouco preocupada com a forma institucional” de escrutinar a acção do Governo nesta matéria, mas que defende que isso seja feito através do Parlamento.

“De há uns meses a esta parte temos assistido a anúncios sucessivos por parte do Governo de um conjunto de medidas que envolvem sempre elevados montantes, anunciados como apoios às empresas ou de natureza social”, referiu a presidente do PSD, no início da sua intervenção.

Apontando a previsão do Banco de Portugal de que a economia portuguesa vai decrescer 3,5 por cento este ano, a presidente do PSD considerou que “é o momento exacto para perguntar ao Governo se as medidas que têm estado a ser tomadas são simples anúncios ou se estão em execução concreta”.

“Se efectivamente as medidas estão a ser tomadas, se há estes milhões de euros todos estão a ser injectados na nossa economia, pagos por todos nós, perguntamos: estão a ser canalizados para quem e para onde, se os efeitos são estes?”, acrescentou.

Manuela Ferreira Leite considerou que há “medidas anunciadas e resultados no sentido contrário”, frisando que o PSD defende “que a política devia ser diferente, que não era esta a forma de abordar a crise”.

“Neste momento já temos a prova de



que a crise está a ser mal atacada, na base da fantasia ou em sentido completamente errado, porque não é possível haver tanto milhão, tanta medida, tanto anúncio e na economia estar a perspectivar-se uma situação que considero praticamente dramática”, argumentou.

A presidente do PSD acusou ainda o Governo de recusar “discutir a orientação das medidas”, enquanto outros governos combatem a crise “em colaboração com oposição, com sindicatos, com empresários”.

“Só o Governo tem na sua mão o destino e a organização desta política e como esta política está a ser altamente gravosa para o país nós todos temos o direito de exigir o escrutínio político”, insistiu.

“Não é possível mantermo-nos nesta situação, de braços cruzados, à espera de ver qual é que é o descalabro final”, rematou Manuela Ferreira Leite.

A presidente do PSD considerou que a recessão de 3,5 por cento é uma previsão do Banco de Portugal “feita com cautela”, que indica que “se espera que possa ser pior”.

“Quando, com cautela, se fala em 3,5 por cento é evidente que se espera que, infelizmente, provavelmente, possa ser pior”, declarou, afirmando ter analisado “profundamente” o boletim económico da Primavera do Banco de Portugal, divulgado na terça-feira, e considerado que contém “números

muito preocupantes”.

“Em primeiro lugar, por serem apresentados pelo Banco de Portugal. Todos nos habituámos à enorme reserva, muita cautela por parte do senhor governador sempre que se trata de projecções”, apontou, lembrando que “...pelo relatório percebe-se que até já o governador do Banco de Portugal tem sérias reservas sobre a evolução da nossa economia”, o que apontou como “muito preocupante”.

Por outro lado, a presidente do PSD concluiu a partir do relatório “que as razões que estão na base da perspectiva de quebra da nossa actividade económica tão acentuada não são somente a crise internacional, mas sim que se trata, de raiz, de uma crise interna”.

“Estes números tornam perfeitamente claro que há uma crise internacional e há uma crise interna. Quando passar a crise internacional, vamos estar perante a crise interna na mesma”, reforçou.

Segundo a Presidente do PSD, que além de professora universitária em matéria económica, já foi Ministra das Finanças, “a queda das exportações da ordem dos 14 por cento, evidentemente que está relacionada com a crise internacional, mas acontece que tanto o consumo como o investimento caem mais do que isso e isso não tem nada a ver com a crise internacional”.

- Fontes: Lusa, Diário Económico.





Grupo Parlamentar vai propor orientação de aplicação do “Estatuto de Arrependido” em casos de corrupção

O PSD anunciou no fim da semana passada, que vai propor que na Lei de Política Criminal seja dada orientação ao Ministério Público para aplicar o “estatuto de arrependido” previsto na legislação para facilitar o combate à corrupção.

Em conferência de imprensa, na Assembleia da República, o líder parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, defendeu que “uma das formas de tornar mais eficaz o combate à corrupção é fazer com que, especialmente, o corruptor activo, mas até, também, o corruptor passivo, quando fossem colaboradores com a justiça tivessem algum ganho com isso”.

“O PSD vai apresentar um projecto de resolução em que recomenda que na próxima Lei de Política Criminal seja dada orientação ao Ministério Público para que promova, nos crimes de corrupção os mecanismos de atenuação especial, de dispensa de pena e de suspensão provisória do processo para os corruptores colaboradores com a justiça”, adiantou.

Paulo Rangel disse que existe desde 1994 na legislação portuguesa o princípio de que alguém “envolvido em crime de corrupção que colabore com a justiça pode ter uma suspensão provisória do processo, uma atenuação especial da pena ou até dispensa de pena”.

“É dar o estatuto de arrependido a uma das partes, nomeadamente o corruptor activo. Este estatuto de arrependido já existe na nossa legislação há 15 anos, mas não há memória de utilização destes mecanismos. Existe nas nossas leis, mas não tem sido aplicado”, salientou.

Segundo Paulo Rangel, “é fundamental reintroduzi-lo para que as pessoas envolvidas em crimes de corrupção colaborem com a justiça, isso facilitaria muito a investigação e a detecção dos crimes de corrupção”, defendeu.

“Não tenho dúvidas de que muitos casos de corrupção seriam descobertos se os corruptores, nomeadamente activos, soubessem que podiam ter alguma atenuação ou dispensa de pena ou suspensão do processo”, reforçou.

“Não vale a pena usar o argumento de que o PSD não quer combater a corrupção. Quem não quer é o Governo”, acusou Rangel.

O PSD e o enriquecimento injustificado - enquadrar criminalmente, não multar administrativamente, contra a Constituição.

O PSD sustentou, no dia 17, que continua a defender a criminalização do enriquecimento ilícito, está em desacordo com o Governo, que quer penalizar o enriquecimento injustificado através de normas administrativas, o que, “no mínimo, viola o artigo 32º da Constituição porque inverte o ónus da prova, contrariando a



presunção de inocência”.

Segundo o líder parlamentar do PSD, a proposta do Governo não é comparável às sanções actualmente aplicadas pela administração fiscal: “Essas são sanções administrativas, mas são sanções que estão sujeitas a mecanismos de garantia e esta não está”.

Assim, Governo e PSD estão em colisão frontal quanto ao combate ao enriquecimento ilícito, pois o PSD vai mais longe que o Governo, pedindo a criminalização destes casos, o que envolve a Justiça, através da análise pelo Ministério Público; e a eventual criação de arguidos e sua passagem - se justificada - eventualmente, réus a julgar.

O executivo defende medidas administrativas, que além de situarem o ónus da prova nos suspeitos de enriquecimento, coloca metas materiais (100.000 Euros, mínimo) a serem penalizadas com coimas de 60%, o que é menos de 20% acima da tributação normal de rendimentos desse tipo e, nalguns casos até é menor.

Paulo Rangel lembrou que ao criar “uma pena fiscal”, a proposta do Governo estabelece a existência de “um crime sem processo, fora do direito criminal, sem garantias de defesa, em que a administração fiscal é “Pólicia, Acusação e Juiz!”.

Acusa o Governo de propor a criação de uma pena fiscal “totalmente inconstitucional”, que configura “um dos mais graves ataques contra o Estado de Direito e a separação de poderes”.

Definindo riqueza injustificada como

“um mínimo patrimonial de 100.000 euros não-justificados”, o Governo quer que a administração fiscal possa “de imediato pedir e solicitar de forma fundamentada o acesso às contas bancárias sem prévia autorização judicial e do contribuinte”, segundo explicou o ministro de das Finanças, Teixeira dos Santos.

Paulo Rangel reiterou que “O PSD considera que se trata de um dos mais graves ataques contra o Estado de Direito e a separação de poderes que este Governo alguma vez cometeu”, declarou

Paulo Rangel.

“É totalmente inconstitucional, pela violação do princípio do Estado de Direito e do princípio da separação de poderes. Aplica uma pena sem que haja um processo criminal adequado, contra as garantias dos cidadãos”, afirmou.

O líder parlamentar do PSD sublinhou que “o próprio Governo reconhece que se trata de uma pena fiscal, fala em penalização fiscal, numa taxa de 60 por cento” e sustentou que “uma pena fiscal é uma coisa completamente nova, que não





tem sentido nenhum”.

“Uma pena é o natural correspondente de um crime, só que este é um crime sem processo. Criminaliza-se uma conduta clandestinamente, é um crime sem que se lhe chame crime. A administração fiscal é que vai investigar, julgar, acusar e aplicar a pena”, acrescentou.

De acordo com Paulo Rangel, trata-se de “da criação de um crime fora do direito criminal, sem garantias de defesa, uma espécie de confisco, sem intervenção do Ministério Público, sem juiz de instrução, sem tribunal”.

Nas suas declarações o líder parlamentar do PSD acusou ainda José Sócrates e Teixeira dos Santos de assumirem com esta proposta uma posição contraditória em relação ao que defendem sobre o ónus da prova.

“O primeiro-ministro e o ministro das Finanças, que rasgaram vestes dizendo que o PSD invertia o ónus da prova (na proposta dos sociais-democratas, de criminalizar o enriquecimento ilícito), assumem agora, por completo e com esta proposta, a inversão do ónus da prova”.

Segundo Paulo Rangel, o projecto do PSD que criminaliza o enriquecimento ilícito, rejeitado pelo primeiro-ministro no último debate quinzenal “é muito mais razoável e muito mais justo porque dá às pessoas toda a possibilidade de se defenderem e castiga mais fortemente os julgados culpados”.

“Há intervenção do Ministério Público, do Juiz de instrução e do Tribunal e não há inversão do ónus da prova porque é o Ministério Público quem tem de provar que o enriquecimento é desproporcionado e não foi obtido por meio lícito”, disse.

Para Paulo Rangel, os socialistas “perceberam que a opinião pública sabe neste momento que o PS e o Governo não estão interessados no combate à corrupção, tiveram necessidade de mostrar qualquer serviço e propuseram esta medida tomada em cima do joelho, em que a administração fiscal faz de tribunal”, o que “é inadmissível”.

O líder parlamentar do PSD questionou, quanto à penalização proposta pelo Governo, o “porquê de uma taxa de 60 por cento, se concluem que o enriquecimento é injustificado, porque é que então a taxa não é de 100 por cento”, considerando que “é sinal de que o crime compensa, porque ficam com 40 por cento”.

Na semana passada, o PSD exigiu que o ministro da Administração Interna divulgue os dados, ordenados por Distritos, da criminalidade violenta e grave da responsabilidade Polícia Judiciária (PJ), afirmando que tal não foi feito no Relatório de Segurança Interna agora apresentado.

Num requerimento apresentado no Parlamento pelos deputados Ricardo Martins, Fernando Negrão e Luís Montenegro, o PSD afirma que “o Relatório de Segurança Interna de 2008, de forma inédita, não inclui na análise da criminalidade por distrito, os dados da criminalidade violenta e grave da responsabilidade da PJ”.

Os deputados do PSD acrescentam, no requerimento dirigido ao ministro da Administração Interna, Rui Pereira, que “no Relatório de Segurança Interna deste ano, somente foram tidos em conta



e contabilizados os dados por distrito da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP)”.

Os sociais-democratas consideram que se trata de “uma omissão incompreensível e injustificável” porque os dados da PJ “são imprescindíveis para a análise da criminalidade e, mais especificamente, da criminalidade violenta e grave” e foram incluídos “em todos os relatórios de anos anteriores”.

Os deputados do PSD pedem, por isso, ao Governo, através do ministro da Administração Interna, “a divulgação dos dados da criminalidade desagregada por distrito de todas as forças e serviços de segurança, designadamente da PJ”.

“Bem sabemos que a PJ tem uma competência territorial diferenciada das outras forças e serviços de segurança. Porém, dado que é sempre mencionado o local onde ocorreu a infracção criminal, caberá aos serviços competentes fazer a respectiva desagregação por distrito”, referem.

Europeias: Rangel propõe frente-a-frente entre Sócrates e Vital

O cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel, sugeriu que haja um frente-a-frente público entre o seu adversário socialista, Vital Moreira, e o primeiro-ministro, José Sócrates, sobre a presidência da Comissão Europeia.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, Paulo Rangel reiterou que



quer ver discutidos temas nacionais durante a campanha para as europeias, argumentando que “a política nacional e a política europeia estão ligadas”.

“Eu não aceito que a discussão sobre a União Europeia seja uma discussão sobre a metafísica do Tratado de Lisboa, que era aquilo que o cabeça-de-lista do PS nos queria impor. Ninguém condiciona este debate”, declarou.

Assinalando uma vez mais a divergência entre Vital Moreira e o primeiro-ministro e secretário-geral do PS quanto à recandidatura de Durão Barroso à presidência da Comissão Europeia, Rangel defendeu que “é preciso um frente-a-frente em que o PS diga qual é a posição que vai ter quanto ao governo europeu”.

“Vitalino Canas, Santos Silva, Vital Moreira, António Vitorino e José Sócrates, numa reacção ao lançamento da minha candidatura - o que, para quem disse que era uma candidatura que estava isolada parece, apesar de tudo, lisonjeiro - reafirmaram esta grande divergência quanto a mim, nesta questão”, alegou.

“O PS tem de se organizar e a sugestão que eu deixo, o desafio que eu faço é um frente-a-frente público entre José Sócrates e Vital Moreira para se decidir qual é a posição do PS em relação à presidência da Comissão Europeia”, reiterou.

“Se não se entendem sobre esta questão primeira, essencial, o que será a respeito do resto?”, questionou Paulo Rangel.

O cabeça-de-lista do PSD às europeias argumentou que “a escolha do presidente da Comissão Europeia e a sua votação no Parlamento Europeu equivalem à aprovação do Programa do Governo ou a uma moção de confiança no Parlamento e nunca se viu um partido ter três deputados a votarem a favor do Governo e três deputados contra o Governo”.

Questionado sobre a afirmação feita quinta-feira por José Sócrates de que há quem não queira debater questões europeias “apenas porque nada sabe da Europa”, Paulo Rangel disse não saber “a quem é que se referia o primeiro-ministro”.

“A grande prioridade da Europa neste momento é o combate à crise. É o próprio primeiro-ministro que diz que a política de combate à crise é concertada a nível europeu, portanto este é um tema das europeias. Os grandes investimentos públicos têm financiamento europeu, isto é um tema europeu”, apontou, prometendo

abordar esses e outros temas nacionais durante a campanha para as europeias de 07 de Junho.

Pouco depois de ser anunciada a sua candidatura, Paulo Rangel, considerou que as reacções do PS à sua candidatura, são um sinal claro de que esta, “é forte”.

Paulo Rangel contestou a ideia de que o seu nome foi anunciado num momento tardio, sublinhando que isso aconteceu “cinco dias depois do PS e do CDS terem divulgado as suas listas” e que em vários países europeus ainda não são conhecidos os candidatos ao Parlamento Europeu.

De acordo com Rangel, “a presidente do PSD definiu como critério seu” fazer o anúncio “na última oportunidade” possível em termos de calendários internos “para não desviar a agenda da crise para a questão europeia” e para “minimizar qualquer impacto sobre os trabalhos do grupo parlamentar”.

O anúncio foi feito “na última oportunidade para o fazer, tendo em conta os calendários internos de convocação do Conselho Nacional”, que vai aprovar a lista do PSD ao Parlamento Europeu na terça-feira, dia 21 de Abril, disse.

As eleições europeias vão realizar-se no dia 7 de Junho e o prazo limite para os partidos apresentarem as suas listas de candidatos no Tribunal Constitucional é 27 de Abril.

Sociais-democratas votam pela abstenção na votação do projecto do BE sobre sigilo bancário

O PSD absteve-se na votação do projecto de lei do Bloco de Esquerda (BE) que acaba com o sigilo bancário e apresentará alterações ao diploma na especialidade, anunciou o líder parlamentar social-democrata.

Em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, Paulo Rangel comentou a decisão do PS de aprovar o projecto de lei do BE referindo que os socialistas rejeitaram sempre ao longo da actual legislatura as propostas do PSD “muito mais equilibradas” sobre o levantamento do sigilo bancário.

“O PS vai a reboque do BE agora por questões internas, por causa das suas divisões internas”, acusou o líder parlamentar do PSD.

“Finalmente o PS vem para o sigilo bancário. O PSD está desde 2006 a fazer propostas equilibradas sobre a possibilidade de levantar o sigilo bancário em caso de combate à fraude e à evasão fiscal e o PS rejeitou-as todas”, disse Paulo Rangel, que falava no final da reunião do grupo parlamentar social-democrata.

Paulo Rangel afirmou que as propostas feitas pelo PSD “desde 2006” e rejeitadas pelo PS “são mais sensatas, salvaguardam melhor os direitos das pessoas e permitem um acesso muito alargado em caso de fraude ou de evasão fiscal às contas bancárias” e manifestou “pena que o PS venha a reboque do BE nesta questão”.

“Não aceita verdadeiramente a discussão do sigilo bancário. Nós também viabilizaremos, embora com o voto de abstenção, o projecto do BE, mas faremos na especialidade as nossas propostas, que já são conhecidas”, acrescentou.

As propostas do PSD “foram apresentadas no Orçamento para 2007, no

Orçamento para 2008, no Orçamento para 2009”, indicou.

O projecto de lei do PSD para pôr fim ao sigilo bancário para efeitos do combate à fraude e à evasão fiscal tem data de Setembro de 2006 e altera a redacção do artigo 63º-B da Lei Geral Tributária.

“A administração tributária tem o poder de aceder a todas as informações ou documentos bancários sem dependência do consentimento do titular dos elementos protegidos, sempre que o solicite para combater a evasão ou fraude fiscais”, determina o diploma, que estabelece como excepções “as informações prestadas para justificar o recurso ao crédito, e que sejam irrelevantes para o combate à fraude e evasão fiscais”.

Segundo o projecto de lei do PSD, os pedidos de informação “são da competência do director geral dos Impostos ou do director geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais de Consumo, ou seus substitutos legais, sem possibilidade de delegação”.

Nas declarações que fez aos jornalistas, Paulo Rangel salientou: “A questão do sigilo bancário está relacionada com as questões fiscais, com a evasão fiscal. Não esquecer o combate à corrupção. Uma coisa não tem a ver com a outra”.

“Às vezes pode querer distrair-se com o sigilo bancário a inércia e a falta de acção que o PS tem no domínio da corrupção”, considerou, prometendo que o diploma do PSD para criminalizar o enriquecimento ilícito terá “algumas novidades”.

Rangel e Frasquilho demonstram como o Governo falhou redondamente nas medidas de combate à crise

Na semana passada, Paulo Rangel, acusou o Governo de ter falhado nas medidas de combate à crise e de avançar com um Código Contributivo que agrava as contribuições e é “inoportuno”.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, onde, no mesmo dia, recebeu a UGT, Paulo Rangel disse ter havido “grande convergência” com a central sindical “na análise e no diagnóstico desta crise, nomeadamente no seu agravamento”.

“Neste momento já podemos dizer que o Governo falhou nas medidas de combate à crise”, defendeu o líder parlamentar e cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias.

Segundo Paulo Rangel, “o Governo não quis ouvir o PSD” e “os resultados estão à vista”.

“O PSD tinha medidas totalmente alternativas, apresentou-as logo em Setembro e Outubro de 2008, reforçou-as depois em Janeiro e Fevereiro de 2009 e o que verifica é que, como o Governo não adoptou nenhuma das medidas por nós propostas, pelo menos nunca adoptou nenhuma na extensão e com o figurino que nós propúnhamos, os resultados estão à vista”, disse.

Paulo Rangel apontou “a queda de 15 por cento do investimento” prevista pelo Banco de Portugal para este ano como “a



melhor prova de que as políticas que estão a ser seguidas são erradas e têm a ver com causas estruturais da governação”.

Por outro lado, o líder parlamentar do PSD considerou que “o Código Contributivo, independentemente de alguns méritos que possa ter, com o agravamento que têm hoje as contribuições para a Segurança Social, é inoportuno”.

“Neste momento não faz sentido nenhum. Neste momento de crise a última coisa que se espera é uma subida dos encargos dos trabalhadores e das empresas com os custos do trabalho”, reforçou.

“Nós, PSD, que defendemos a descida da taxa social única em dois por cento, não podemos estar de acordo com um código que vem agravar generalizadamente as contribuições para a Segurança Social nesta altura”, acrescentou.

Também Miguel Frasquilho ao analisar as previsões do Banco de Portugal (BdP), fez questão de frisar que o Gover-

no poderia ter evitado uma maior dimensão da recessão se tivesse optado por outras políticas.

O deputado do PSD, num comentário ao boletim económico da Primavera do Banco de Portugal agora divulgado, disse que retracção prevista para este ano, de 3,5 por cento da economia, podia ter sido parcialmente evitada pelo Governo. Miguel Frasquilho afirmou que “seria pouco provável que Portugal pudesse escapar a uma recessão como pequena economia aberta que é”, mas que “a dimensão da recessão era sem dúvida evitável”.

“Ter um crescimento de menos 3,5 por cento, com o investimento a cair mais de 14 por cento - e o investimento não são as exportações, tem a ver com razões internas - leva-nos a concluir que há responsabilidades muito elevadas da parte do Executivo”, acrescentou.

Para o PSD, o maior erro de política económica do Governo de José Sócrates “foi sem dúvida o brutal aumento da carga fiscal decidido em 2005, que ajudou a liquidar o tecido empresarial português e aumentou exponencialmente as dificuldades da economia”.

Miguel Frasquilho acentuou que “nos últimos quatro anos Portugal não convergiu um único trimestre com a média europeia” e, portanto, “os portugueses ficaram sempre mais pobres face à média europeia”.

“Não nos parece que seja um troféu de que o Governo se deva orgulhar. Nós chamámos a atenção em devido tempo para esta situação, mas, infelizmente, não fomos ouvidos. É também este o resultado da arrogância e do autismo de que o Governo socialista tem dado mostras”, observou.

O deputado do PSD referiu que o seu partido não concorda com “as medidas que têm sido lançadas pelo Executivo para fazer face à crise”. “Não concor-

dámos com elas, advertimos a tempo que não iriam produzir os resultados adequados e a prova é que a economia está a afundar-se”, disse.

O decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,5 por cento previsto pelo Banco de Portugal no seu boletim económico da Primavera constitui uma revisão em baixa da anterior previsão da instituição.

O boletim económico de Inverno, divulgado a 06 de Janeiro, previa para este ano uma recessão de 0,8 por cento e um crescimento do PIB de 0,3 em 2010.

A previsão de uma recessão de 3,5 por cento, agora divulgada, assenta numa diminuição das exportações, do investimento e do consumo privado esperados para este ano.

Segundo o Banco de Portugal, o consumo público é a única componente do PIB que deverá aumentar em 2009. Também as importações deverão cair este ano, de acordo com a previsão do banco.

Frasquilho salientou que a economia portuguesa “irá registar o pior desempenho económico em 34 anos”, a confirmar-se recessão de 3,5 por cento prevista pelo Banco de Portugal para este ano.

Num comentário ao boletim económico da Primavera do Banco de Portugal hoje divulgado, o deputado do PSD Miguel Frasquilho considerou que o desemprego pode chegar aos dez por cento em 2009 e que “há responsabilidades muito elevadas do executivo” pela actual situação económica do país.

“É uma realidade devastadora aquela que vamos encontrar em 2009. Portugal irá registar o pior desempenho económico em 34 anos. Desde 1975 que não se tinha um cenário tão mau”. Uma recessão de 3,5 por cento “vai ter consequências sociais muito duras, nomeadamente no aumento do desemprego”.

“Infelizmente, é bem possível que o desemprego chegue pela primeira vez em Portugal à casa dos dois dígitos neste ano”, considerou. - Fontes: Lusa, TSF, SIC, Boletim de Primavera do B. de P., GP do PSD





«A quem servir, que enfie a carapuça...» (ditado popular)

JPH, PV e PS. (*)

“Recados” de Cavaco tiveram resposta do primeiro-ministro

Analistas políticos dizem que as “farpas” que Cavaco enviou ao Governo tiveram resposta de Sócrates, que disse que o País não precisa da política do “recado” e do “remoque”. Quem ganha com a subida da temperatura?

Palavras de José Sócrates contra os que fazem a política “do recado, do remoque, do pessimismo e do bota-abaixo”, sábado à tarde, numa sessão das “Novas Fronteiras” do PS, estão a ser interpretadas como sendo a resposta do líder socialista ao duro discurso sobre a crise produzido sexta-feira pelo Presidente da República na Universidade Católica, num congresso empresarial.

Cavaco Silva afirmou, por exemplo, que seria “um erro muito grave, into-

lerável mesmo, que na ânsia de obter estatísticas económicas mais favoráveis e ocultar a realidade se optasse por estratégias de combate à crise que perpetuassem os desequilíbrios já existentes”. Sábado, aparentemente em resposta, Sócrates disse que aquilo de que o país precisa é de “políticos que apontem o caminho”: “Não precisamos de quem só diz o que não podemos fazer”, acrescentou o líder socialista - que à entrada do evento tinha explicitamente recusado comentar o discurso presidencial da véspera.

Ouvido ontem pelo DN, António Costa Pinto, politólogo, disse ser “natural” que as palavras de Sócrates sejam “interpretadas como sendo dirigidas ao PR”. “Podem não ter sido, mas estão a

ser interpretadas como tal e é natural”. Segundo acrescentou, este “clima de tensão” em momento pré-eleitoral “favorece o Presidente”. Dito de outra forma: “Sócrates não deveria alimentá-lo porque é quem fica a perder”. Segundo acrescentou, “o Presidente sabe que num ambiente eleitoral o seu poder para danificar a maioria aumentar”. Também Marcelo Rebelo de Sousa, na sua análise na RTP1, considerou que “isto já não é o que era. Não é o primeiro, nem o segundo, nem será o último sinal” [que Cavaco envia]. Para o antigo líder do PSD, o PR “anda a chamar a atenção para os investimentos públicos” e “o que mais pesa para Cavaco é a divergência nas políticas económicas e financeiras”.

O politólogo José Adelino Maltez diz que Sócrates foi “dolosamente equívoco” no recado ao PR, que o irritou “profundamente” ao dizer que vai cortar todo o eleitoralismo perante a crise.

Carlos Abreu Amorim, professor universitário, considera que o clima de hostilidade do Governo, e em particular de Sócrates, para com Cavaco Silva é “um jogo político” destinado a obter votos à esquerda e diminuir a influência eleitoral do BE e do PCP. “Sócrates quer mostrar que é político forte, que consegue impor a sua vontade”, diz Carlos Abreu Amorim.

- Comentaristas do Diário de Notícias, © DN, 20 Abril 2009. Título, Redacção PL

António Barreto e Sócrates

António Barreto (*)

A saída de António Costa para a Câmara de Lisboa pode ser interpretada de muitas maneiras.

Mas, se as intenções podem ser interessantes, os resultados é que contam.

Entre estes, está o facto de o candidato à Autarquia se ter afastado do Governo e do Partido, o que deixa Sócrates praticamente sozinho à frente de um e de outro.

Único senhor a bordo, tem um mestre e uma inspiração.

Com Guterres, o primeiro-ministro aprendeu a ambição pessoal, mas, contra ele, percebeu que a indecisão pode ser fatal, ao ponto de, com zelo, se exceder: prefere decidir mal, mas rapidamente, do que adiar para estudar.

Em Cavaco, colheu o desdém pelo seu partido.

Com os dois e com a sua própria intuição autoritária, compreendeu que se pode governar sem políticos.

Onde estão os políticos socialistas? Aqueles que conhecemos, cujas ideias pesaram alguma coisa e que são responsáveis pelo seu passado?

Uns saneados, outros afastados.

Uns reformaram-se da política, outros foram encostados.

Uns foram promovidos ao céu, outros mudaram de profissão.

Uns foram viajar, outros ganhar dinheiro.

Uns desapareceram sem deixar vestígios, outros estão empregados nas empresas que dependem do Governo.

Manuel Alegre resiste, mas já não conta.

Medeiros Ferreira ensina e escreve.

Jaime Gama preside sem poderes.

João Cravinho emigrou.



Jorge Coelho está a milhas de distância e vai dizendo, sem convicção, que o socialismo ainda existe.

António Vitorino, eterno desejado, exerce a sua profissão.

Almeida Santos justifica tudo.

Freitas do Amaral reformou-se.

Alberto Martins apagou-se.

Mário Soares ocupa-se da globalização.

Carlos César limitou-se definitivamente aos Açores.

João Soares espera.

Helena Roseta foi à sua vida independente.

Os grandes autarcas do partido estão reduzidos à insignificância.

O Grupo Parlamentar parece um jardim-escola com tranquilizantes.

Os sindicalistas quase não existem.

O actual pensamento dos socialistas resume-se a uma lengalenga pragmática, justificativa e repetitiva sobre a inevitabilidade do governo e da luta contra o défice.

O ideário contemporâneo dos socialistas portugueses é mais silencioso do que a meditação budista.

Ainda por cima, Sócrates percebeu depressa que nunca o sentimento público

esteve, como hoje, tão adverso e tão farto da política e dos políticos.

Sem hesitar, apanhou a onda.

Desengane-se quem pensa que as gafes dos ministros incomodam Sócrates.

Não mais do que picadas de mosquito. As gafes entretêm a opinião, mobilizam a imprensa, distraem a oposição e ocupam o Parlamento.

Mas nada de essencial está em causa.

Os disparates de Manuel Pinho fazem rir toda a gente.

As tontarias e a prestidigitação estatística de Mário Lino são puras diversões.

Não se pense que a irrelevância da maior parte dos ministros, que nada têm a dizer para além dos seus assuntos técnicos, perturba o primeiro-ministro.

É assim que ele os quer, como se fossem directores-gerais.

«Só o problema da Universidade Independente e dos seus diplomas o incomodou realmente.

Mas tratava-se, politicamente, de uma questão menor.

Percebeu que as suas fragilidades podiam ser expostas e que nem tudo estava sob controlo.

Mas nada de semelhante se repetirá.

O estilo de Sócrates consolida-se. Autoritário, Crispado, Despótico, Irritado, Enervado, Detestando ser contrariado.

Não admite perguntas que não estavam previstas ou antes combinadas.

Pretende saber, sobre as pessoas, o que há para saber.

Tem os seus sermões preparados todos os dias.

Só ele faz política, ajudado por uma máquina poderosa de recolha de infor-

mações, de manipulação da imprensa, de propaganda e de encenação.

O verdadeiro Sócrates está presente nos novos bilhetes de identidade, nas tentativas de Augusto Santos Silva de tutelar a imprensa livre, na teimosia descabelada de Mário Lino, na concentração das polícias sob seu mando e no processo que o Ministério da Educação abriu contra um funcionário que se exprimiou em privado.

O estilo de Sócrates está vivo, por inteiro, no ambiente que se vive, feito já de medo e apreensão.

A austeridade administrativa e orçamental ameaça a tranquilidade de cidadãos que sentem que a sua liberdade de expressão pode ser onerosa.

A imprensa sabe o que tem de pagar para aceder à informação.

As empresas conhecem as iras do Governo e fazem as contas ao que têm de fazer para ter acesso aos fundos e às autorizações.

Sem partido que o incomode, sem ministros politicamente competentes e sem oposição à altura, Sócrates trata de si.

Rodeado de adjuntos dispostos a tudo e com a benevolência de alguns interesses económicos, Sócrates governa.

Com uma maioria dócil, uma oposição desorientada e um rol de secretários de Estado zelosos, ocupa eficientemente, como nunca nas últimas décadas, a Administração Pública e os cargos dirigentes do Estado.

Nomeia e saneia a bel-prazer.

Há quem diga que o vamos ter durante mais uns anos. É possível.

Mas não é boa notícia. É sinal da impotência da oposição. De incompetência da sociedade. De fraqueza das organizações. E da falta de carinho dos portugueses pela liberdade. - (*) Sociólogo, escritor, comentarista©

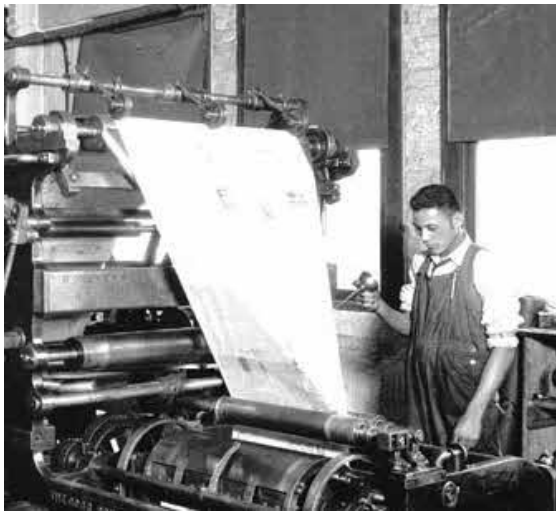


Se “ainda” há Imprensa, qual a importância de ter “Boa Imprensa”?

J. Pacheco Pereira (*)

No passado, dizia-se que era importante um político ter “boa imprensa” e havia regras fundamentais para o conseguir. A mais decisiva era a de nunca atacar a corporação dos jornalistas e tratá-los como príncipes, como o centro do mundo. Havia uma outra escola, mais cínica, a que Jaime Gama um dia deu expressão, que era a de que “com os jornalistas ou há poder para os despedir, ou dinheiro para os comprar”. Como havia sempre de tudo um pouco, a “boa imprensa” obtinha-se “a andar”, mas evitava-se falar disso como se, ao falar-se, ela se dissipasse de um momento para o outro.

Hoje a “boa imprensa” voltou como obsessão, mas de forma embrulhada mais tecnologicamente e com o jargão da moda e muitos blogues, twitters e Facebook. Muita “interactividade” anónima e muita comunicação gutural. É o mesmo produto de sempre, mas adaptado aos deslumbramentos tecnológicos, que disfarçam muita iliteracia cultural no brilho das luzinhas e no silvo dos “toques”. O exemplo vem de fora, porque hoje há um rei estrangeiro da “boa imprensa”, que se chama Obama, e todos os que por cá



têm ambições, imitam-no, verdade seja, à portuguesa (ou seja, mal...).

Alguns políticos portugueses tiveram sempre, ponderados os prós e os contras, “boa imprensa” e quase todos do PS, vá-se lá perguntar porquê. Mário Soares, por exemplo, ontem, hoje e amanhã, mesmo contando alguns incidentes de percurso. Todos os sucessores putativos de qualquer liderança do PS em curso, têm de um modo geral, “boa imprensa”. António Vitorino, por exemplo, sempre foi incensado. Pedroso, até à sua queda, tinha “boa imprensa”. Até António

José Seguro, imagine-se, tem “boa imprensa”.

No PSD há também alguns casos, mas que só existem quando podem funcionar contra alguém que, no momento presente, tenha “má imprensa”. Passos Coelho tem “boa imprensa” na sua utilidade contra Manuela Ferreira Leite. Até Marques Mendes, que teve sempre “má imprensa”, tem agora “boa” pelas mesmas razões.

Pode-se, em todos os casos individuais, perguntar porquê, mas a resposta é sempre pouco abonatória porque mostra redes de “razões” e de “interesses” que são quase sempre pouco conhecidos e pouco esclarecidos e nos quais a corporação nunca toca. Antes eram as amizades pessoais ou de grupo, as dependências, as ambições no “meio”, as afinidades ideológicas, as simpatias e antipatias. Hoje, esse mercado de relações está comercializado pelas chamadas “agências de comunicação” e para se ter “boa imprensa” conta muito pagar aos profissionais de “comunicação”. O jornalismo tornou-se “comunicação” e esta, espectáculo, logo convém empregar os especialistas na matéria circense.

Não se trata de conspiração nenhuma,

como sempre tenho dito, mas de respiração e está à vista de todos os que queiram ver. Claro que se quiserem mesmo ver, terão inevitavelmente “má imprensa”.

Hoje o jornalismo dos principais órgãos de comunicação não tem independência face à blogosfera dos jornalistas. Participam nela, fazem parte dela, tribalizam-se nela. Transportam para a blogosfera o mundo das “bocas” de redacção. Depois regressam à redacção com as mesmas “bocas” centuplicadas por um exercício de massagem colectiva do ego via posts, comentários e mensagens no Twitter. No pack journalism dos dias de hoje, o rebanho forma-se nos blogues. Criam-se laços que envolvem um número muito escasso de pessoas, cem no máximo dos máximos, que passam o dia numa logomaquia opinativa feita de amores e ódios e depois transportam para o que escrevem o mesmo caldo de cultura claustrofóbica que é hoje a blogosfera portuguesa, salvo raras excepções. Por isso, hoje, ter “boa imprensa” significa ter “boa blogosfera”, e o mundo do debate público empobrece-se cada vez mais.

- (*) Professor Universitário, Historiador, Comentarista © jpp, “Sábado”

Cartas e Mensagens ao PSD

A Justiça em Portugal parece-lhe confusa? Eis a «Fórmula Mágica...»

A justiça em Portugal parece-lhe confusa? Não faz ideia porque é que todos os processos que envolvem pessoas importantes acabam sempre em regabofe? Diga não à desorientação! Em apenas 20 passos simples e fáceis de seguir, eis o guia ideal para entender todos os casos que em Portugal começam com a palavra “caso”:

- 1) Os jornais publicam uma notícia sobre qualquer pessoa muito importante que alegadamente fez qualquer coisa muito má.
- 2) Essa pessoa muito importante considera-se vítima de perseguição por parte de forças ocultas.
- 3) Outras pessoas importantes vêm alertar para o vergonhoso desrespeito do segredo de justiça em Portugal, que possibilita a actuação de forças ocultas.
- 4) Inicia-se o debate sobre o segredo de justiça em Portugal.
- 5) Toda a gente tem opiniões firmes sobre o que é preciso mudar na legislação portuguesa para que estas coisas não aconteçam.
- 6) Toda a gente conclui que não se pode mudar a quente a legislação portuguesa.
- 7) A legislação portuguesa não chega a ser mudada para que estas coisas não aconteçam.
- 8) As coisas voltam a acontecer: os jornais publicam notícias sobre essa pessoa muito importante dizendo que ainda fez coisas piores do que as muito más.
- 9) Outras pessoas importantes vêm alertar para o vergonhoso jornalismo que se faz em Portugal, que nada investiga e se deixa manipular por forças ocultas.
- 10) Inicia-se o debate sobre o jornalismo português.
- 11) Toda a gente tem opiniões firmes sobre o que é preciso mudar no jornalismo português.
- 12) Toda a gente conclui que estas mudanças só estão a ser debatidas porque quem alegadamente fez uma coisa muito má é uma pessoa muito importante.
- 13) Nada muda no jornalismo português.
- 14) Enquanto o mecanismo se desenrola do ponto 1 ao ponto 13 a justiça continua a investigar.
- 15) Após um período de investigação suficientemente longo para que já ninguém se lembre do que se estava a investigar a justiça finaliza as investigações e conclui que

a pessoa muito importante: a) Não fez nada de muito mau. b) Já prescreveu o que quer que tenha feito de muito mau. c) É possível que tenha feito algo de muito mau mas não se reuniram provas suficientes. d) Afinal o que fez não era assim tão mau.

16) Pessoas importantes que são amigas dessa pessoa muito importante concluem que ela foi vítima de perseguição por parte de forças ocultas.

17) Pessoas importantes que não são amigas dessa pessoa muito importante concluem que em Portugal nada acontece às pessoas muito importantes que fazem coisas alegadamente muito más.

18) As pessoas citadas no ponto 17 iniciam mais um debate sobre a justiça em Portugal.

19) As pessoas citadas no ponto 16 iniciam mais um debate sobre o jornalismo em Portugal.

20) Os jornais publicam uma outra notícia sobre uma outra pessoa muito importante que alegadamente terá feito outra coisa muito má. Repetem-se os passos 1 a 19.

- João Miguel Tavares

Professora em apuros, apela ao bom senso

/.../ Sou professora há 14 anos.

Acedi ao concurso de professores através da candidatura electrónica e inteligente.

No campo dois do concurso, coloquei Quadro de Agrupamento. Depois de submeter a candidatura e imprimir verifiquei na impressão que em vez de Quadro de Agrupamento figurava QZP - Quadro de Zona Pedagógica. O que achei muito estranho uma vez que sou professora do quadro de escola há 6 anos. Como se tratava, de um dispositivo electrónico de “candidatura inteligente”, eu nunca deveria figurar Quadro de Zona Pedagógica.

Como é um campo que não pode ser alterado, estou excluída do concurso.

Tenho uma colega que submeteu a sua candidatura no mesmo dia que eu e está na mesma situação.

Tenho filhos menores, está situação vem causar grandes transtornos na minha vida pessoal e profissional.

Como tenho a perfeita consciência que o erro não foi meu, mas sim do sistema, pretendo apenas a justiça e correcção deste campo, pois ninguém será prejudicado, uma vez que concorro nos limites exactos da minha prioridade Através do DRH, já fui informada que existem mais casos idênticos, mas no entanto, até á presente data, nada foi feito, para alterar esta situação. Ajudem-me! - Mensagem assinada, identidade omitida por nossa decisão (PL)

Intervenção do Deputado Adão Silva A.R., 15 de Abril de 2009

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados,

O Programa do Governo prometia e elaboração de um Código Contributivo.

O Governo foi, repetidamente, lembrando a sua intenção de cumprir a promessa. Foi no OE/2006, foi no OE/2007, foi no OE/2008, mas nada.

E foi também no OE/2009, e, finalmente, já circula um documento que apesar de não ter dado entrada na Assembleia da República, consta como sendo o Código Contributivo.

Foi longa a espera, a lembrar a espera de Godot!

Percebe-se bem a actuação deste Governo qual gato escondido com rabo de fora.

É que este é o ano de todas as eleições.

De outra forma, se não houvesse uma manifesta vontade de jogar com o calendário eleitoral, então o Governo não tinha apresentado a sua Proposta de Lei na altura da Lei de Bases da Segurança Social ou do Código do Trabalho?

Que melhor altura, senão quando se equacionou a sustentabilidade do Sistema de Segurança Social ou quando se equaciona o custo do trabalho ou as prestações suas substitutivas?

Não. O Governo não foi sério. Não defendeu o interesse do país. Defendeu o seu interesse partidário, puro e duro.

Este Código é marcado indelevelmente pelo ambiente pré-eleitoral.

Só esse facto justifica que o Governo pretenda a entrada em vigor do diploma para 1 de Outubro, mas adie a entrada em vigor das normas que penalizarão os beneficiários para Janeiro de 2010.

Ou seja, o Governo quer tirar vantagem das boas notícias antes das eleições e guarda as más notícias para depois delas.

As vantagens, o Governo anuncia-as na Comunicação Social. As desvantagens, cala-as.

Era importante um debate profundo em sede de Concertação Social. Mas o Governo preferiu o caminho das reuniões bilaterais, separa para reinar, em reuniões discretas e sem publicidade que torne público a parte menos simpática do Código.

Para este Governo as vantagens ficam em cima da mesa, as desvantagens debaixo.

O Código contributivo é da maior delicadeza técnica, social e política.



Mas o Governo não cuidou da inoportunidade de aumentar o custo do trabalho numa altura em que Portugal atravessa a maior crise dos últimos 34 anos. Nem cuidou, sequer, de apresentar quaisquer estudos técnicos que suportem as alterações que propõe numa manifestação de leviandade inaceitável.

Era de esperar que o Ministro da tutela se apresentasse na Assembleia da República para explicar tão importante documento.

O PSD assim o requereu. Mas logo a bancada socialista anunciou ir inviabilizar a iniciativa.

Bem percebemos. Para o PS o Ministro deve estar ocupado a tratar das eleições europeias, legislativas e autárquicas.

Isto não é sério. O Código é inoportuno em tempo de crise, não é sustentado em estudos técnicos, não há o debate que soía, sabotando-se a democraticidade do processo.

Mais. O Governo pede uma autorização legislativa de 180 dias para estudar! Estudar? Então não estudou o que havia a estudar?

O que o Governo quer é um cheque em branco para legislar. E para isso pede 180 dias, ou seja, um período que vai até depois das eleições que pode – assim o espero – perder.

Ser-se sério e consequente é explicar que se se alargam benefícios há uma factura a pagar. É importante dizer quanto,

quando e como se pagam.

Não basta anunciar benefícios para os pequenos comerciantes. Importa dizer o imenso que vão pagar por esses benefícios.

Não basta alardear as vantagens. Há que dizer que se vão aumentar as contribuições às IPSS que tanto ajudam as nossas populações, em especial nestes tempos de crise, é importante explicar que se vão aumentar as contribuições dos trabalhadores da agricultura e dos seus patrões. É preciso dizer que os profissionais liberais vão ver aumentadas, e muito, as suas contribuições.

É preciso dizer que se alarga, escandalosamente, a base contributiva, até a verbas que se recebem para pagar despesas e que não são, por isso rendimentos. É o caso das ajudas de custo e dos abonos de viagem, por exemplo.

O Governo aumentar, em plena crise, os custos do factor trabalho, prejudica a competitividade das empresas e o emprego. É inoportuno e insensato.

O Governo anunciar o bom antes das eleições e o mau para depois delas é oportunismo político eleitoral.

O Governo promover alterações contributivas não sustentadas em quaisquer estudos é leviandade.

Temos portanto este Governo bem definido: é leviano, oportunista e insensato

Intervenção do Deputado Hugo Velosa A.R. 2009.04.16

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Apresenta o Bloco de Esquerda a esta Assembleia da República um conjunto de seis Projectos de Lei e um Projecto de Resolução.

Infelizmente nem sempre a quantidade equivale à qualidade, ou seja, as propostas apresentadas, em geral, não seguem o melhor caminho para superar a crise evidente que se vive em Portugal, aliás, a mais profunda e difícil desde há mais de trinta anos.

Da parte do PS e do Governo, o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, perante o “terror” das previsões do Banco de Portugal já afirmou que “o objectivo do Governo é executar o pacote de medidas de combate à crise anunciando “e concluiu que “não vale a pena pensar já noutras”. É o vamos ao fundo, mas sempre orgulhosamente sós.

O que contraria notícias de que o PS irá viabilizar o projecto do Bloco de Esquerda sobre a quebra do sigilo bancário. Afinal é necessário pensar noutras. Porquê? E porquê passados quatro anos? O PS e o Governo só agora acordaram para o combate à corrupção e à fraude? Tem receio de que todos percebam que não colabora no combate à corrupção e que nada faz contra o enriquecimento ilícito?

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Dos projectos em discussão, três deles constituem retomas de iniciativas anteriores: o que determina a derrogação do sigilo bancário, o que estabelece o imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas e o que cria o imposto sobre as operações cambiais e especulativas.

Quanto à derrogação do sigilo bancário, o PSD apresentou ao longo da legislatura projectos que também propunham

uma melhor e mais eficaz possibilidade de actuação da administração fiscal nesta matéria. O PS aliás, na discussão do Orçamento do Estado voltou a chumbar uma iniciativa do PSD neste sentido.

É certo que o Bloco de Esquerda também o tem feito, mas o PS até agora inviabilizou todas as propostas de quebra de sigilo bancário.

Nem o exemplo da Lei Geral Tributária espanhola, e da prática de muitos países da União Europeia, demoveu os deputados do PS e o Governo.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Em Junho de 2005 afirmei neste plenário, a propósito da discussão do Projecto de Lei nº 68/X do BE, que o desafio que tinha que ser feito ao Governo do PS era o de colaborar, no âmbito da Assembleia da República no sentido de se



encontrarem mecanismos de reforço da eficácia de combate à fraude e evasão fiscais, nomeadamente através de alargamento das regras de quebra do sigilo bancário.

O desafio caiu, como tantos outros, em “saco roto” ...

Passados quatro anos o PS mudou de posição ...

Nunca é tarde, mas não teria sido melhor que a sua teimosia de quatro anos não tivesse existido?

Preferiu o Governo massacrar os Portugueses com o aumento generalizado dos impostos e da carga fiscal. Do sigilo bancário, nem falar ... Até agora ...



A Zona Franca da Madeira é tão só uma zona de fiscalidade reduzida, especial ou privilegiada.

Daí que se compreenda que as obrigações constantes do Projecto de Lei nº 724/X se apliquem a todos os off-shores ou zonas fiscalmente privilegiadas que constam da lista negra ou cinzenta, e, em nenhum caso às zonas fiscalmente privilegiadas sob a tutela do Estado português, como pretende o Bloco de Esquerda.

Aliás, nesta matéria de off-shores, de combate necessário à opacidade dos paraísos fiscais e de adopção de sanções contra regimes não cooperantes é fundamental:

Primeiro - Uma actuação concertada dos Países, em políticas internacionalmente aceites e de forma global. Portugal, sozinho, qual D. Quixote, nada conseguirá!

Em segundo lugar é fundamental a separação clara das zonas de fiscalidade privilegiada, entre as negras e cinzentas (não cooperantes) e as restantes, como a Zona Franca da Madeira ou outras que são cooperantes e sujeitas às regras e supervisão de cada País.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Por isso o PSD não aceita esta permanente obsessão do Bloco de Esquerda em relação à Zona Franca da Madeira e colaborará em todas as medidas que visem todos os off-shores não cooperantes, uma perspectiva europeia e global. Nenhum país isoladamente consegue resolver este problema.

No seu Projecto de Lei, desta vez, o Bloco de Esquerda não apresenta uma iniciativa que proponha a eliminação pura e simples dos off-shores em território português.

Mas já o faz no Projecto de Resolução nº 463/X, também em discussão.

Na verdade aquilo que aqui propõe é o “encerramento de todas as zonas fiscalmente privilegiadas existentes no seu espaço”. Isto é inaceitável por duas razões:

1. As zonas fiscalmente privilegiadas não são todas iguais;

2. A questão é global e não nacional;

3. Os países que compõem a União Europeia têm e hão-de continuar a ter políticas fiscais próprias, incluindo por exemplo, quanto à carga fiscal, aos

tipos de impostos e às exigências quanto aos sujeitos passivos. Que se saiba não está previsto, e ainda bem, um sistema fiscal único para a União Europeia, o que será inaceitável face à necessária competitividade fiscal entre os Estados Membros.

Harmonização fiscal sim!
Unicidade fiscal, nunca!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Projecto de Resolução vai no bom sentido ao propor medidas quanto à necessária cooperação dos países em matéria fiscal e judicial, mas volta a “meter tudo no mesmo saco”.

Nem tudo são “paraísos fiscais” e nesta matéria, repete-se, só se conseguirá algo com a cooperação europeia (de todos os Estados-membros) e mesmo a nível global.

Infelizmente o Senhor Ministro de Estado e das Finanças deu alguma esperança ao Bloco de Esquerda ao afirmar que poderá passar “à eliminação do off-shore da Madeira”, começando pelos menos cooperantes e transparentes.

Mas continuamos no PSD a defender que esta questão não faz sentido.

O que não quer dizer que não devam ser tomadas medidas para tornar o mercado financeiro mais transparente, cooperante e com supervisão mais eficaz.

É o que se está a fazer na 1ª Comissão com medidas que visam regulamentar as políticas de remuneração de entidades de interesse público e rever o regime sancionatório para o sector financeiro em matéria criminal e contraordenacional.

O diploma ali em preparação vai em geral no sentido certo. O que não acontece com o pacote legislativo do Bloco de Esquerda agora em discussão.

Tudo o que foi decidido só deve abranger o sector público e o sector privado que beneficia de apoios públicos.

Na verdade, o Bloco de Esquerda propõe regras de transparência e informação pública inaceitáveis.

O PSD viabilizaria e apoiaria medidas como a de divulgação individualizada das remunerações dos administradores de empresas cotadas, na sequência das recomendações da CMVM, o que não é aquilo que propõe o Bloco de Esquerda.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O mesmo sucede em relação à proposta de criação de taxas sobre prémios excepcionais pagos a administradores de empresas.

O Bloco de Esquerda quer taxar em 75% tais rendimentos em relação a todas as empresas, numa intromissão inaceitável, para nós, no sector privado.

É uma violência fiscal sobre todo o sector empresarial, incluindo quanto à taxa de IRC de 30%.

A “punição fiscal” generalizada não é solução!

Certamente que o Bloco de Esquerda está a pensar nas indemnizações pagas a ex-administradores do BCP e no sector financeiro e bancário.

Mas as leis não têm efeito retroactivo. O que é aceitável é discutir-se a limitação ou redução de remunerações de administradores e o corte de prémios em empresas do sector público, ou que recebam apoios do Estado.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O caminho a seguir não é, aquele que propõe o Bloco de Esquerda.

E não é também aceitável a posição do Governo de que, para já, e nesta profunda crise e recessão, são suficientes as medidas por si exclusivamente propostas. Parece que assim já não pensa em relação à quebra do sigilo bancário...

É com alegria que vemos o PS vir ao nosso encontro nesta matéria. É pena que o faça apenas por questões internas, partidárias e eleitorais. Mais. Tudo isto cheira a Cravinho e o PS sabe que isto não dará em nada até ao fim da Legislatura.

O PSD, como tem feito ao longo da legislatura e sobretudo após a constatação da grave situação do País, entende que as questões fundamentais só se resolvem com medidas concretas do lado das MPHE's, do emprego e na fiscalidade aplicável às empresas.

E com outras, com o objectivo de combate à corrupção, como a de criminalização do enriquecimento ilícito, que o PSD apresentará em Plenário, já na próxima semana.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Portugal pode sair da crise profunda em que se encontra.

Mas para o PSD, tal não acontecerá com o rumo proposto pelo Governo, nem com aquilo que hoje propõe o Bloco de Esquerda, apesar do seu apoio à quebra do sigilo bancário.

Disse.



Notícias da Madeira

O PSD da Madeira e as eleições para o Parlamento Europeu

O presidente do PSD-Madeira, Alberto João Jardim, manifestou quarta-feira da semana passada, à noite, a sua concordância com a escolha de Paulo Rangel para cabeça-de-lista dos social-democratas às eleições europeias.

“Estou absolutamente de acordo, é uma questão pacífica”, disse à chegada ao Aeroporto Internacional da Madeira após uma deslocação a Lisboa onde se reuniu com a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite.

“Para mim dos nomes falados, Paulo Rangel era o melhor porque é uma pessoa que foi, de certo modo, novidade na vida política portuguesa e se foi, a pouco e pouco, impondo no Parlamento e não havia passados que pudessem ser outra vez ressuscitados”, comentou.

“Sou muito amigo do Dr. Marques Mendes mas acho que foi uma boa escolha o Dr. Rangel”, concluiu.

João Jardim adiantou ainda que o euro deputado madeirense, Sérgio Marques, figura “num lugar elegível” na lista do PSD embora não tenha referido qual a sua posição.

“É complicado fazer as listas porque, em cada três, tem de haver uma senhora”, referiu.

O Conselho Nacional aprovou a lista do PSD ao Parlamento Europeu na terça-feira passada.

As eleições europeias vão realizar-se a 7 de Junho e a data limite para os partidos apresentarem as suas listas de candidatos no Tribunal Constitucional é 27 de Abril.

Alberto João Jardim, afirmou ainda ter concordado com o oitavo lugar do candidato da região na lista do partido para as Eleições Europeias por causa da Lei das Paridades.

“O lugar satisfaz, é um lugar elegível à vontade e a Madeira vai elegê-lo”, declarou Jardim.

Jardim conclui: “Eu aceitei, concordei com o oitavo lugar e não vou dizer as razões”.

Sérgio Marques desiste da candidatura, Nuno Teixeira é substituto



“Um não quer ir, vai outro”, afirmou na noite de dia 18, o presidente do PSD-M, Alberto João Jardim, ao anunciar que o candidato pela Madeira às eleições europeias é Nuno Teixeira.

Anteriormente, estava previsto que o candidato pela Madeira às eleições europeias de 7 de Junho fosse Sérgio Marques mas este afirmou-se indisponível para figurar em oitavo lugar na lista do Partido.

“O candidato ao Parlamento Europeu em oitavo lugar é o senhor doutor Nuno Teixeira”, revelou Jardim à saída da Comissão Política Regional do PSD-M.

“Um não quer ir, vai outro. Não há problemas ...”

Alberto João Jardim adiantou que o eurodeputado, Sérgio Marques, antes da reunião da Comissão Política Regional lhe havia transmitido não aceitar o oitavo lugar na lista do PSD: “Não aceita, eu também não peço nada a ninguém”.

O líder do PSD-M disse ter ficado surpreendido pela posição assumida por Sérgio Marques: “Surpreendeu-me pela

maneira de ser dele que não o julgava capaz disto”.

Nuno Teixeira é adjunto do vice-presidente do Governo Regional, João Cunha Silva.

*

Após a notícia da substituição de Sérgio Marques por Nuno Teixeira, a CPR do PSD/Madeira, publicou, com a assinatura de Alberto João Jardim, o seguinte

Esclarecimento

1. A surpreendente recusa do Dr. Sérgio Marques de integrar a lista de candidaturas do PSD ao Parlamento Europeu, à última da hora quando está fechada e a ser submetida ao Conselho Nacional do Partido no início da próxima semana, obriga o Presidente da Comissão Política Regional ao Dever de esclarecer a Opinião Pública.

Mais a mais que, na sua obsessão patológica contra o PSD e a pessoa do signatário, logo a imprensa hostil, próxima do partido comunista e por todos identificada, imediatamente desencadeou mais um dos seus ataques, felizmente inócuos.

2. A «lei da paridade» obriga a que, nas listas a apresentar, por cada três candidatos, figure uma Senhora, donde é evidente decorrer uma maior dificuldade na respectiva elaboração, o que levava a que o Dr. Sérgio Marques fosse dos poucos recandidatados pelo PSD.

3. De qualquer forma, o Dr. Sérgio Marques, de há algum tempo evidenciando uma certa distância, encontrava-se na oitava posição, sexta outra vez nos candidatos masculinos, posição esta elegível, quer para a Senhora Presidente da Comissão Política Nacional, quer para o signatário, pelo que afirmações em sentido contrário subvertem o esforço eleitoral

que se pretende.

4. Por lealdade com o Dr. Sérgio Marques, o Presidente da Comissão Política Regional da Madeira do Partido Social-Democrata, recusou trocá-lo por uma candidatura feminina madeirense que, conforme proposto por Lisboa, já permitiria o sexto lugar, ou mesmo o terceiro.

5. Face ao estranho do sucedido e porque estava já reunida a Comissão Política Regional com a competência estatutária nesta matéria, e também porque a confiança no PSD/Madeira resulta da sua capacidade de tomar em tempo próprio as decisões que se impõem, logo foi comunicado à Senhora Presidente da Comissão Política Nacional, a substituição, no mesmo lugar, do Dr. Sérgio Marques pelo Dr. Nuno Alexandre Teixeira de Jesus, de 35 anos, licenciado em Direito.

6. O Dr. Nuno Teixeira vai no seu segundo mandato de Vogal da Comissão Política Regional, há vários anos representa o Presidente do Governo Regional da Madeira na Conferência dos Presidentes dos Governos das Regiões da Europa dotadas de Poder Legislativo e, como Adjunto do Vice-Presidente do Governo Regional, que tutela os Assuntos Europeus, neste Gabinete é responsável por essas matérias. - O Presidente da Comissão Política Regional da Madeira do Partido Social-Democrata, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim

Custos de insularidade no Parlamento

Instado por jornalistas (ao regressar ao Funchal, depois da deslocação a Lisboa), a comentar o facto da maioria do PS ter rejeitado hoje na Assembleia da República um diploma do parlamento madeirense que visava a atribuição de um subsídio de mobilidade aos residentes do arquipélago nas viagens aéreas, Jardim apenas manifestou não estar surpreendido.

“Surpreende? A mim não! Ficaria surpreendido se tivesse havido aprovação...”

A favor desta proposta votaram PSD, PCP, CDS-PP, BE, “Verdes” e os dois deputados não inscritos, tendo-se absterido os três deputados do PS eleitos pelo círculo da Madeira, Júlia Caré, Jacinto Serrão e Maximiano Martins.

Este diploma vinha alterar o decreto-lei que regula a atribuição deste tipo de apoio, beneficiando os passageiros estudantes, passageiros residentes e passageiros residentes equiparados.

O projecto era justificado com a obrigatoriedade que o Estado tem de cumprir o princípio da continuidade territorial e da solidariedade, assumindo os custos da insularidade distante no caso dos residentes da Região Autónoma da Madeira. - Lusa



PSD encoraja António Costa a “pedir desculpa à Cidade pelo mal que lhe tem feito”

O líder do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa considerou hoje que o presidente da Câmara deve “pedir desculpa” pelo que “mal tem feito à cidade”, depois de António Costa ter pedido desculpa por obras inacabadas de Santana Lopes.

“O doutor António Costa decidiu ontem vir pedir desculpas aos lisboetas, o que revela a sua má consciência por tudo aquilo que de negativo tem feito à cidade de Lisboa”, afirmou o líder da bancada do PSD, Saldanha Serra, em comunicado.

António Costa (PS) pediu quinta-feira desculpa a moradores do Castelo, que estiveram vários anos deslocados das suas casas, pelo atraso na conclusão de empreitadas de reabilitação urbana lançadas durante a presidência de Pedro Santana Lopes, considerando que são uma “lição do que não pode acontecer no futuro”.

Para o PSD, é António Costa quem “tem muitas desculpas a pedir aos cidadãos de Lisboa e à cidade”.

Saldanha Serra considera que o autarca socialista deve pedir desculpa “por ter deixado instalar a muralha de aço em Alcântara”, por “impedir os lisboetas de utilizarem a zona ribeirinha”, pela “descoordenação de obras no Terreiro do Paço e “por ter permitido o modo rodoviário na terceira travessia do Tejo, com consequências gravíssimas para toda a cidade de Lisboa”.

O PSD aponta também como motivos para António Costa pedir desculpa a forma como consideram que a autarquia descuroou a segurança, a “sujidade” do espaço público, as “experiências, mal planeadas e fundamentadas” em matéria de mobilidade e falhas na transferência de verbas para as juntas de freguesia.

“Deve pedir desculpas pela inércia na reabilitação urbana. Deve pedir desculpas pelo facto de a Câmara não querer explicar se vai alterar o Plano Director Municipal para acomodar interesses imobiliários do Governo”, argumentou Saldanha Serra.

Sem nunca mencionar o nome do antigo presidente da Câmara e actual candidato do PSD à autarquia Pedro Santana Lopes, António Costa entregou quinta-feira chaves a moradores de edifícios sujeitos a obras coercivas e pediu desculpa pelo atraso dos trabalhos, inseridos nas mega-empreitadas de reabilitação urbana em bairros históricos como Alfama e o Castelo, lançadas em 2003 e 2004.

“Começo por pedir desculpa pela demora que tiveram que passar e pela forma como o processo decorreu. Não era eu o presidente da Câmara, mas acho que o presidente da Câmara deve ser e é responsável pelo que aconteceu ao longo dos anos”, disse António Costa, dirigindo-se aos moradores que receberam as chaves para regressarem às suas casas, no Castelo.

Segundo o autarca, as empreitadas foram lançadas “sem projecto” e sem que a autarquia tivesse os “meios para o fazer”.

PSD leva ao Conselho Municipal de Segurança um conjunto de medidas de grande utilidade pública

A criação de um Observatório da Segurança, o reforço da Polícia Municipal e a libertação dos agentes daquela força de segurança de actividades administrativas, são propostas que o PSD levou hoje, quarta-feira, ao Conselho Municipal de Segurança de Lisboa.

O líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, Saldanha Serra, lamentou, em declarações à Lusa, que o contrato local de segurança, que deverá ser o objecto da primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança, não tenha sido atempadamente distribuído aos conselheiros.

“Não se poderá concluir nada amanhã sobre o contrato local de segurança”, afirmou.

“Permitir a presença efectiva dos agentes da Polícia Municipal junto das populações, libertando-os de actividades administrativas, através do suprimento dessas funções por recurso a funcionários públicos em regime de mobilidade especial”, é o que defendem os sociais-democratas, num documento, a que a Lusa teve acesso.

O PSD, que será representado pelo deputado municipal Nuno Roque, defende o “reforço quantitativo e qualitativo da Polícia Municipal” e uma avaliação das

necessidades de equipamento daquela força de segurança, “face ao novo tipo de criminalidade”.

“Disponibilizar infra-estruturas adequadas à instalação de esquadras da PSP nos bairros e zonas residenciais mais necessitados de Lisboa”, é outra das propostas sociais-democratas.

O PSD defende também a criação de um Observatório Municipal de Segurança e a realização de reuniões mensais entre a Câmara e as Juntas de Freguesia.

Os sociais-democratas querem igualmente que a videovigilância seja pensada “enquanto um dos muitos instrumentos que uma política de segurança deve equacionar, definindo, em articulação com as forças de segurança e as juntas de freguesia, os locais mais adequados à sua instalação”.

“Definir estratégias multidisciplinares de abordagem dos diversos problemas que afectam os bairros e zonas mais carenciadas da cidade, designadamente ao nível social, educativo, profissional, habitacional e de saúde”, propõe o PSD.

PSD viabiliza concurso para piscinas dos Olivais, Areiro e Campo Grande

O PSD viabilizou, na Assembleia Municipal de Lisboa o lançamento de concurso público para a construção e exploração das piscinas dos Olivais, Areiro e Campo Grande.

A proposta foi aprovada com a abstenção do PSD (em maioria na Assembleia) e do CDS-PP, os votos contra do PCP, PEV e BE e os votos favoráveis do PS.

Apesar de os vereadores sociais-democratas terem votado contra em Câmara, o deputado municipal do PSD Vítor Gonçalves considerou que foram esclarecidas nas comissões da Assembleia as questões levantadas em reunião do executivo camarário.

A falta de estudo geotécnicos, a “definição clara de um horário a custo zero pela Câmara” e a divisão da proposta em três, uma para cada complexo desportivo, tinham sido as questões levantadas pelos vereadores do PSD, disse Vítor Gonçalves.

O deputado municipal alertou, contudo, para a diferente atractividade dos complexos desportivos, considerando que, no caso do Campo Grande e Areiro a “rentabilidade será muito difícil”.

A duração da concessão foi igualmente referida: “Em 40 anos acontece muita coisa, é preciso que as obrigações dos concessionários sejam muito claras para perdurarem durante tantos anos”, afirmou Vítor Gonçalves.

“Este contrato é de concepção e construção e quando se introduzem alterações neste tipo de contratos os projectos podem vir a onerar a Câmara. Cuidado para não termos custos adicionais”, avisou.

Como forma de rentabilizar o investimento, os concessionários irão oferecer serviços “além do programa funcional mínimo” definido pela Câmara, como “fitness”, “wellness”, saunas e massagens.

A autarquia terá duas horas e meia por dia, entre as 09:00 e as 11:30, para utilizar livremente os espaços.

Esse tempo deverá ser usado no programa gratuito de natação para alunos do primeiro ciclo. - Fonte: Lusa

Notícias de Évora

Situação financeira da Câmara (PS) continua difícil e preocupante

O PS não conseguiu resolver os problemas financeiros da CM de Évora ao longo de 8 anos em que beneficiou de estabilidade política, de cooperação institucional da oposição e de uma situação económica favorável que permitiu a outros municípios efectuar uma adequada consolidação orçamental.

Depois de ter apresentado um saldo negativo de quase 11 milhões de Euros no encerramento do ano de 2007 (o 4º pior resultado económico entre os municípios portugueses), o PS conseguiu a proeza de agravar tal descalabro em 37% em 2008, apresentando um resultado líquido negativo superior a 15 milhões de Euros.

O problema é que o Centro Histórico continua por requalificar e a perder habitantes (-431 eleitores desde 2005), o Rossio de S. Brás mantém-se pouco ou nada digno no acolhimento aos turistas, os parques de estacionamento junto às muralhas do CH continuam em terra batida e inseguros, o comércio tradicional definha a cada dia, o Salão Central continua por recuperar e a cultura mede-se pela qualidade da nova sala de cinema, o estado dos equipamentos desportivos e de lazer faria corar de vergonha qualquer concelho aspirante a Património da Humanidade, estatuto cuja manutenção periga em Évora.

O resultado de 8 anos de gestão PS em Évora é desastroso, sem obra que não seja o aumento do desemprego de jovens qualificados que anseiam pelos prometidos empregos que viriam com a chuva de investimentos agora ameaçados pela crise financeira e económica internacional, deixando adivinhar que os próximos anos serão bem difíceis para Évora, para os quais o PS não se revela capaz nem competente.

Évora não se preparou em tempo de normalidade e de crescimento económico e, agora, nem o famigerado PDM arrasta o desenvolvimento, que teima em não dar sinais de vida.

O PS já revelou, ao longo de 8 anos, não ser uma alternativa credível à anterior gestão da CDU, cabendo aos eborenses a escolha de uma verdadeira alternativa à condução dos destinos do concelho, responsável, competente, protagonista de uma rejuvenescida e promissora visão para um futuro de sucesso em Évora, nas próximas eleições autárquicas. - Do nosso correspondente



Posição da CPD/PSD sobre o processo autárquico em Setúbal

A Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD, vem informar o seguinte:

1. Em 10 de Outubro de 2008, a Assembleia Distrital do PSD aprovou, por unanimidade, a estratégia do PSD para as eleições autárquicas de 2009.

2. Esta estratégia foi aprovada em consonância com a estratégia sufragada pelos órgãos nacionais do PSD.

3. Nos termos desta estratégia, bem como dos Estatutos Nacionais do Partido, compete às Comissões Políticas de Secção propor à Comissão Política Distrital as listas de candidatura aos órgãos das Autarquias Locais, ouvidas a Assembleia de Secção e as Comissões Políticas dos Núcleos.

4. Os referidos documentos determinam ainda que compete à Comissão Política Distrital aprovar os candidatos às autarquias locais, que, posteriormente, serão homologados pelos órgãos nacionais do Partido.

5. Estas orientações estratégicas e determinações estatutárias foram integralmente cumpridas por todas as Secções do Distrito de Setúbal, com excepção da Comissão Política da Secção de Setúbal.

6. Ao invés optaram por uma política de facto consumado, divulgando publicamente o nome proposto para candidato à Câmara Municipal de Setúbal, sem que antes ele estivesse aprovado e homologado pelas órgãos distritais e nacionais do PSD.

7. Não podendo deixar de lamentar

estes procedimentos, a Comissão Política Distrital do PSD, aprovou, na sequência de uma proposta do seu Presidente e com a concordância da Secção de Setúbal, remeter o nome proposto, bem como todo o processo autárquico, para os órgãos nacionais do PSD.

8. Assim, a Secção de Setúbal assumiu toda a responsabilidade inerente ao processo autárquico no Concelho de Setúbal.

9. Desta forma, depois de, infelizmente a estrutura local ter falado tanto deste assunto fora dos órgãos próprios, entende a Comissão Política Distrital que esta solução é a que melhor salvaguarda os interesses do Partido e dos Setubalenses, que esperam da candidatura do PSD um sinal de esperança para terminar com o marasmo a que Setúbal tem estado votado.

10. Apesar deste episódio, o PSD continua a ter todas as condições para vencer as próximas eleições autárquicas no concelho de Setúbal, assim os órgãos locais tenham a vontade e a capacidade de unir o partido, construindo equipas credíveis e abrangentes, apresentando um projecto político em que todos se revejam. - CPD/PSD-Setúbal

Distrital insiste no combate à criminalidade e reúne com presidente da Câmara Municipal

O aumento da criminalidade foi o tema principal da reunião que decorreu entre o presidente da Distrital do PSD, Bruno Vitorino, e a presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria das Dores Meira.

A questão da segurança tem sido uma das principais preocupações da Distrital de Setúbal do PSD. Neste âmbito, têm sido realizadas reuniões com diversas entidades ligadas a esta área.

No encontro entre o dirigente social-democrata e a presidente da autarquia setubalense foram focados os dados preocupantes revelados pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2008.

Segundo este documento, Portugal apresenta a taxa de criminalidade mais alta da última década, sendo Setúbal um dos distritos que apresenta um maior índice de crimes.

De acordo com os dados oficiais, em Setúbal ocorreram 38.532 crimes, mais 3,2 por cento do que em relação a 2007.

A Distrital de Setúbal do PSD tem vindo a manifestar publicamente a sua grande preocupação pela criminalidade que se faz sentir, exigindo ao Governo que inverta esta tendência, através de uma política séria e integrada, que possa responder aos fenómenos criminais



existentes.

Os sociais-democratas defendem que são necessárias políticas integradas, bem como o reforço de meios humanos e materiais no combate à criminalidade.

Brevemente, a Distrital de Setúbal do PSD irá apresentar um conjunto de propostas no âmbito da segurança envolvendo o Governo e o Poder Local.

*

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, reuniu a semana passada com a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, sendo este um dos sectores mais afectados pela criminalidade que tem vindo a aumentar nos últimos tempos.

No âmbito das preocupações sobre a crescente onda de criminalidade, a Distrital de Setúbal do PSD continua a reunir com entidades diversas para alertar, recolher informações e propor medidas no combate ao crime.

Nesse sentido, e após encontros com a Governadora Civil, com as forças de segurança e associações profissionais da PSP e GNR, os social-democratas reuniram com Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, tendo também solicitado o agendamento de uma reunião com a presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

- CPD/PSD-Setúbal



Faro numa perspectiva sustentável

Segundo Colóquio do Ciclo Pensar Faro aborda energia, ambiente e requalificação da Ria Formosa

Foi no histórico Salão do Clube Farense, em plena Baixa da Cidade, que decorreu, na tarde do último sábado, 18 de Abril, o segundo Colóquio do Ciclo Pensar Faro, promovido pela candidatura “Refazer de Faro uma Capital”, encabeçada pelo Eng.º Macário Correia.

Subordinado ao tema “Faro numa Perspectiva Sustentável”, os palestrantes Prof. José Oliveira, Dr. Dias Coelho, Eng.º David Assoreira e Dr. Alfredo Leal Franco discutiram sobre questões centrais para a cidade como a problemática da eficiência energética, o ambiente e requalificação da Ria Formosa, enquanto canal de circulação de mercaderia e navegação e, bem assim, enquanto espaço de lazer – revelando-se aqui especiais apreensões face à inexistência de infra-estruturas condignas à atracagem de embarcações e à situação deprimente de quase toda a zona ribeirinha.

Dos trabalhos saíram diversas conclusões que vêm reforçar algumas das linhas de orientação que constituem para esta candidatura compromissos futuros, desde já assumidos para com todos os Farense.

Desde logo, trabalhar para que Faro possa aderir ao Pacto dos Autarcas (www.eumayors.eu), cujo principal objectivo passa por reduzir em mais de 20% a emissão de CO2 até 2020. Aderindo a este convénio europeu, Faro quer levar por diante uma política consistente nos domínios da Energia e do Ambiente, o que implica repensar toda a filosofia de transportes e de iluminação pública, completamente desajustadas no que respeita à eficiência energética.

Assim, importa trabalhar para que os grandes equipamentos municipais como pavilhões, piscinas, escolas e outros, passem a produzir a sua própria energia com a instalação de painéis solares obtendo com isso importantes poupanças económicas. Por outro lado, as redes de iluminação pública passarão a ter mecanismos de controlo de fluxo em todo o Concelho para maior eficiência energética e corte de desperdícios.

Soluções para um problema eternamente adiado: a requalificação da Ria Formosa e zonas ribeirinhas

Quanto à problemática da Ria Formosa e às zonas ribeirinhas do Concelho, considerou-se imperioso:

- Avançar com urgência na requalificação de toda a frente ribeirinha que vem sendo votada a um lamentável abandono desde há anos;
- O desenvolvimento de Turismo de Natureza nos canais da Ria, só possível com a dragagem de diversas zonas, difíceis de operar actualmente;
- O Porto Comercial da cidade necessita de uma valorização urgente para assim garantir uma maior capacidade de atracagem e para que recupere alguma da competitividade de que já dispôs;
- Pugar por um sistema de transporte público marítimo de passageiros que reforce a unidade do Concelho com ligações da cidade ao Farol e à Culatra;
- Criar condições para a navegação de barcos de recreio e cruzeiros que dinamizem o Turismo em Faro.

Muito participada, esta sessão insere-se no ciclo de Colóquios Pensar Faro, que vêm, com o precioso contributo de todos os participantes, constituindo uma importante ferramenta de trabalho para que a nossa candidatura possa apresentar aos Farense as propostas mais adequadas com o objectivo de, no próximo quadriénio, a capitalidade da cidade possa ser assegurada e reforçada e amenizados os efeitos negativos de mais de duas décadas de gestão deficiente da Municipalidade.

O próximo colóquio tem lugar no próximo dia 26 de Abril, pelas 15:00 horas, no Instituto D. Francisco Gomes (Casa dos Rapazes), subordinado ao tema “Educação, Alimentação e Segurança nas Escolas em Faro”. Com o forte impulso do Movimento de Mulheres Social-Democratas (MSD), convidam-se desde já todos quantos queiram participar. - Gab. Imp. Candidatura “Refazer de Faro uma Capital”

Em Portimão, mais uma polémica - grave - sobre a conduta financeira da Câmara Face à polémica instalada na sociedade portimonense sobre a celebração de um Protocolo através de uma empresa municipal, entre a Câmara e um Grupo privado, em que a este último será liquidada durante os próximos 10 anos uma verba superior a 30.000.000€ (trinta milhões de euros), entende o PSD de Portimão esclarecer as razões da posição assumida de ter votado contra tal Protocolo.

1 – Entendemos que os apoios ou subsídios, qualquer que seja a forma ou designação que assumam, atribuídos pelas entidades públicas devem reger-se por normas de transparência, equidade, justiça social e em estrita obediência da legalidade, não nos movendo quaisquer razões de ordem política, filosófica ou ideológica como normalmente sucede com as auto intituladas forças de esquerda.

2 – Entendemos também que as entidades públicas quando despendem verbas que são o resultado da cobrança de impostos, devem ter uma preocupação de práticas redistributivas e não concentracionistas, ou seja, os dinheiros públicos devem servir para ajudar os mais necessitados e não o contrário.



3 – Entendemos, ainda, ser exigível aos titulares de cargos políticos, com poderes de gestão de dinheiros públicos que no exercício das suas funções usem de bom senso e boa fé e pratiquem gestões equilibradas e seguras, ou seja, a política não é um casino onde se façam apostas de risco com o dinheiro de todos nós!

*

No caso em apreço foi nosso entendimento, após cuidada análise, que nenhuma destas três linhas orientadoras do que entendemos ser uma prática política responsável, na gestão de dinheiros públicos, estava a ser cumprida; senão vejamos:

- Se o que se pretende é apoiar empresas que criam postos de trabalho, porque não foram ou são apoiadas outras empresas que criaram ou venham a criar empregos, e porque tal não é feito com base num regulamento de todos conhecido, e não desta forma casuística e ao sabor de opções cujo fundamento se desconhece?

- Porque razão a atribuição das verbas é feita por Protocolo com uma empresa municipal e não directamente com a Câmara?

- Como aceitar que seja dispendida uma verba de 8.500€ (mil e setecentos contos) diariamente, durante 10 anos, quando tal verba não é gasta com outras funções, que qualquer pessoa de bom senso entenderá serem muito mais importantes, como a educação, a saúde, a segurança, a acção social, etc., ou ainda, que se distribuam milhões a quem já os tem e, para os trabalhadores, pequenos comerciantes, agricultores, pescadores, etc., apenas migalhas ou nem isso?

- Que razões, que a razão desconhece, podem levar um organismo, como a Câmara Municipal de Portimão, com dívidas de muitos milhões de euros, aos fornecedores, e um endividamento crescente junto da banca a fazer financiamentos deste montante a sociedades anónimas?

- Será porventura uma opção de gestão correcta e de bom senso que um responsável político de uma Câmara cujo passivo, num só ano passou de 30 Milhões para 180 Milhões de euros, aceite comprometer uma tão importante fatia das suas receitas correntes por um tão longo prazo?

- Como compreender, numa altura em que o País atravessa uma crise que impõe grandes sacrifícios à esmagadora maioria da população, que o Presidente da Câmara faça um Protocolo com todas as farmácias do concelho para apoiar os mais desfavorecidos na compra de medicamentos, que implica uma despesa de 36.000€ (trinta e seis mil euros) anuais, qualquer coisa como 4 dias do Protocolo anterior, que dura 10 anos, ou ainda, uns míseros 82€ por dia?

- Pode considerar-se razoável que quando o cidadão comum sente cada vez mais dificuldades em arranjar lugar para os filhos, pais e avós, nos infantários, centros de dia ou lares, cuja carência inflaciona os preços, a Câmara, em vez de reforçar o investimento em estruturas deste tipo, se permita continuar alegremente a desbaratar milhões em despesas sumptuárias, sem consideração pelas necessidades da população?

*

Porque a resposta a todas estas perguntas é um rotundo NÃO, estas foram as razões do nosso sentido de voto; O voto consciente e responsável de simplesmente dizer não, sem necessidade de invocar a coragem como razão, porque o não é. Não é razão e, porque invocada, não é coragem, é apenas justificação e desculpa. - CPS Portimão



Notícias dos Açores

António Ventura quer ciência a desenvolver Angra

O candidato à presidência da câmara de Angra do Heroísmo pelo PSD, António Ventura, apresentou um conjunto de propostas visando “o aproveitamento da ciência em prol do desenvolvimento do concelho”, um potencial que considerou estar “adormecido”, referindo-se a esse incremento como “uma vantagem em estado latente” e avançando com a operacionalização das suas intenções “através de um acordo de Cooperação entre a Universidade dos Açores (UA) e o município de Angra”.

O social-democrata pretende “uma maior proximidade entre os conhecimentos científico e tecnológico produzidos na UA, concretamente no departamento de ciências agrárias (DCA) e a autarquia”, factor que representará “um proveito assegurado para o desenvolvimento do concelho e que é um sinal de modernidade para o governo local”, disse à saída de uma reunião com o responsável pelo DCA, Alfredo Borba.

“É urgente potenciar um relacionamento directo e estreito com o DCA em favor do progresso sócio-económico de Angra”, explicou, dizendo ser esse “um benefício competitivo e sustentável para as gerações actuais e, principalmente, para as gerações futuras”, desde logo “através da formação técnica da autarquia em algumas áreas onde o DCA pode contribuir directamente”, assim como “através da articulação institucional que assegure a representação digna da cidade de Angra nos vários fóruns científicos em que deve estar representada”, afirmou.

“O município convidará a UA para membro efectivo de novos órgãos a



criar, casos do conselho municipal do ambiente da água e da sustentabilidade e do conselho municipal do emprego”, garantiu, adiantando que pretende ver estabelecidos “protocolos de cooperação na área da formação para os munícipes, com especial relevância para os jovens”, alargando essa valência “nas férias de Verão e realizando com as escolas actividades no âmbito da ciência, como sejam as eco-escolas”.

No tocante ao apoio prestado à investigação, o candidato pretende fazê-lo face a “projectos que se mostrem relevantes para o desenvolvimento de Angra e que incidam sobre a inovação”, deixando viva “a possibilidade de adesão ao pro-

jecto europeu Europe, Science & the City (ESCITY), que visa a promoção de uma cultura científica a nível local, com grande envolvimento pública”, um projecto “financiado pela comissão europeia e ao qual já aderiram as cidades portuguesas de Évora, Estremoz, Tavira e Guimarães”.

António Ventura quer o conhecimento científico e tecnológico “aplicado em alguma áreas como o abastecimento de água, sendo essa colaboração crucial para planear correctamente as disponibilidades do concelho”, exemplificou, revelando que o conjunto de acções a implementar, e que têm por base “a promoção da ciência e da tecnologia”, pas-

sam pela criação “de um fórum de debate, reflexão e perspectiva entre os sectores de actividade económica de maior expressividade, designadamente no âmbito da agricultura, das pescas, do comércio e das indústrias transformadoras”, onde “naturalmente a UA terá lugar cativo”.

O candidato laranja pretende também estabelecer uma colaboração directa entre a autarquia e a UA “que impulse para o empreendedorismo no concelho, com o consequente fomento para a criação de emprego e fixação de jovens”, e que vai assentar “numa colaboração técnica de prestação de serviços, prospectiva e de avaliação para a dinamização de pequenas e médias empresas”.

Ventura quer também promover a semana da ciência em Angra, “evento estendido às freguesias rurais e levado a cabo em colaboração com a universidade e as escolas, como forma de sensibilizar para a utilização da ciência e como mostra de produtos científicos”, a qual se juntarão “os dias abertos no DCA para conhecimento das actividades científicas em curso”.

Ao nível da promoção da área científica, o candidato do PSD à câmara de Angra vai instituir “um prémio anual para o melhor trabalho no campo da ciência realizado por alunos dos diversos graus de ensino”, comprometendo-se a autarquia a divulgar, “através de comunicação periódica com a população e de exposições didácticas”, as actividades científicas “de maior interesse sócio-económico, e em áreas como as energias alternativas, a agricultura, a climatologia ou a biotecnologia” concluiu.

Agricultura açoriana atravessa período de “incerteza”

O líder parlamentar do PSD/Açores considerou que a agricultura atravessa de um período de “incerteza”, resultante dos atrasos nos pagamentos das ajudas comunitárias e do fim do sistema de quotas leiteiras.

“A incerteza decorre, a curto prazo, do facto dos agricultores não saberem se os apoios são pagos ou não e quando é que são pagos. A longo prazo, a incerteza resulta do que se vai passar em 2015, com o desmantelamento das quotas [leiteiras]”, afirmou António Marinho, no final de uma reunião dos deputados do PSD/Açores com a direcção da Associação Agrícola de São Miguel.

Segundo o líder da bancada social-democrata, o fim do sistema de quotas “pode constituir um revés para a agricultura açoriana e, consequentemente, para a própria economia regional”.

Para o presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, as “bonitas palavras e promessas” do secretário regional e do governo “já não conseguem disfarçar uma situação que é aflitiva para os agentes do sector e suscita preocupação”.

“Esta preocupação estará presente naquilo que faremos no debate do Plano e Orçamento”, garantiu.

A reunião com a direcção da Associação Agrícola de São Miguel inseriu-se na ronda de contactos do grupo parlamentar do PSD/Açores com os parceiros sociais para preparar o debate do Plano e Orçamento da Região para 2009.

- Gab. Imp. PSD/Açores



A campanha “liga-te@Europa” arrancou em Gaia e vai percorrer Portugal



A campanha da Juventude Social-Democrata “liga-te@Europa” teve o seu arranque em Vila Nova de Gaia no passado dia 17 de Abril.

A dedicação e o empenho da JSD/GAIA na organização deste evento permitiram que o lançamento da campanha fosse um estrondoso sucesso.

Esta iniciativa Liga-te @ Europa é uma campanha promovida pela JSD com o intuito de informar os militantes e principalmente os jovens portugueses sobre o papel das Instituições Europeias e o trabalho do Grupo Parlamentar do PSD no Parlamento Europeu.

A JSD/GAIA conseguiu difundir e sensibilizar os jovens do Concelho para a importância deste debate e cerca de uma centena de jovens, militantes e não militantes, encheram por completo o Paredão Bar, em Canidelo, e desta feita baptizaram da melhor forma esta iniciativa da JSD.

Mais uma vez ficou demonstrado que os jovens, particularmente os do concelho de Vila Nova de Gaia, se envolvem e compreendem a importância destas Eleições Europeias e como este acto eleitoral tem influência no seu dia-a-dia.

O painel de oradores foi constituído por Ricardo Bessa (Presidente da JSD/Gaia e Conselheiro Nacional da JSD), João Montenegro (Coordenador da

iniciativa liga-te @ Europa), Duarte Marques (Vice-presidente da JSD e Vice-presidente da juventude do PPE), Leitão Amaro (Secretário Geral da JSD) e Eduardo Bandeira (Secretário Geral da Distrital da JSD/Porto).

Todos eles salientaram que um dos principais obstáculos que se enfrentará neste primeiro acto eleitoral de 2009 é o elevado índice de abstenção que afasta cada vez mais os Portugueses da temática Europeia.

Lembraram também que os jovens são, na sociedade portuguesa, a geração mais europeísta, pois são a geração “Eramus”, a geração do “tratado de Bolonha” e da moeda única, que por isso compreendem melhor a importância das Instituições Europeias no nosso futuro colectivo.

A campanha é uma iniciativa inédita em Portugal que vai percorrer todos os distritos portugueses, como se diz acima, «com o propósito de informar os jovens sobre a importância da Europa».

A experiência piloto desta campanha, em Vila Nova de Gaia, foi um sucesso com mais de 100 jovens a participarem no encontro e a colocarem as suas dúvidas e questões e a debaterem os assuntos como a preocupante falta de adesão às urnas nas eleições europeias.

A campanha Liga-te @ Europa decorrerá em espaços de juventude como escolas ou universidades. No próximo dia 9 de Maio, Dia da Europa, a JSD realizará em Coimbra um Conselho Nacional ordinário que terá um Painel Temático sobre a Europa e apresentará as suas ideias e propostas. - Gab. Imp. JSD

Ricardo Bessa salientou ainda que os

jovens portugueses são os mais prejudicados, em Portugal, pela actual realidade socioeconómica e que a inacção do governo socialista para resolver os problemas e os reais anseios da juventude portuguesa faz com que estes vejam o PSD como a sua única esperança num futuro melhor e que tem a forte convicção que o PSD merecerá neste acto eleitoral a confiança da larga maioria dos portugueses.





Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amares, para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2009, (Sábado) pelas 21h00 na Sede de Concelhia, sita na Rua Dr. Eduardo Gonçalves, N.º 2, 1.º Esq. Ferreiros, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1- A situação Política do País
 - 2- As propostas do P.S.D.
 - 3- Outros assuntos

FÁTIMA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Fátima, para reunir no próximo dia 04 de Maio de 2009, (segunda-feira) pelas 21h00 na Sede, sita na Av. Beato Nuno, edifício Francisco, N.º 87, 1.º Dt.º, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1- Informações
 - 2- Análise da situação política local e nacional
 - 3- Eleições autárquicas 2009
 - 4 - Outros assuntos

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Marco de Canaveses, para reunir no próximo dia 30 de Abril de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30, no Auditório da Junta de Freguesia de Alpendurada e Matos, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos:
- 1 – Informações
 - 2 – Análise da situação política

TERRAS DO BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Terras do Bouro, para reunir no próximo dia 06 de Maio de 2009, (quarta-feira) pelas 21h30 no Agrupamento de Escolas do Vale do Homem – Moimenta, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1- Ratificação do candidato à Presidência da Câmara Municipal
 - 2- Aprovação do Relatório de Contas 2008

TERRAS DO BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Terras do Bouro, para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2009, (sábado) pelas 21h00 no Agrupamento de Escolas do Vale do Homem – Moimenta, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Situação política do País
 - 2 – Propostas do PSD
 - 3 – Outros assuntos

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 30 de Abril de 2009, (quinta-feira) pelas 22h00, na Sede sita na Rua 9 de Abril, 1 – 3.º Dt.º, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos:
- 1 – Apresentação e parecer sobre as candidaturas aos diferentes órgãos autárquicos nos termos do artigo 50.º, do n.º 2, alínea f dos Estatutos do PSD
 - 2 – Outros assuntos

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vale de Cambra para reunir no próximo dia 8 de Maio de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na Sede sita na Av. Camilo Tavares de Matos com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos:
- 1- Informações;
 - 2- Análise e votação das Contas relativas ao ano de 2008;
 - 3- Análise e deliberação sobre a proposta a apresentar pela Comissão Política de Secção quanto as Eleições Autárquicas/2009;
 - 4- Análise da situação político-partidária.



MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da JSD de Mira para reunião a realizar no próximo dia 22 de Maio de 2009 (Sexta-feira), das 22h00 às 23 horas,

na sede do PSD de Mira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Mira.

Nota: As candidaturas deverão ser entregues nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD de Mira até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital
(Filipe Carraco dos Reis)

II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD DE 2009

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco o II Conselho Nacional Ordinário para o dia 9 de Maio de 2009, (Sábado) às 14h30, no Auditório do IPJ, sito na Rua Pedro Monteiro, n.º 73, em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Painel Temático sobre a Europa;
- 2 – Informações;
- 3 – Discussão e Votação das Contas relativas ao exercício de 2008;
- 4 - Discussão e Votação do Orçamento relativo ao exercício de 2009;
- 5 – Análise da Situação Política;
- 6 - Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD
(Daniel Fangueiro)

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco Plenário ordinário de militantes da JSD Secção de Vila Nova de Famalicão, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212-sala 14, em Famalicão, a realizar no próximo dia 19 de Maio de 2009, pelas 21 horas, na Sede da Secção, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Cláudia Teixeira)

NÚCLEO DE SERZEDO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da

JSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo Residencial da JSD Serzedo, para reunirem em Plenário dia 29 de Abril de 2009, pelas 21h30, na Sede do Núcleo Residencial da JSD Serzedo, sita na Rua 25 de Abril, 492, em Serzedo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação do Plano de Atividades para o 2.º trimestre de 2009;
- 2 – Informações;
- 3 – Análise sobre as linhas gerais de orientação do Núcleo;
- 4 – Análise da situação política local;
- 5 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa de Plenário do Núcleo
(Paulo Maia)

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e dos demais regulamentos, convoco o Conselho Distrital de Braga, para uma reunião dia 23 de Maio de 2009 (Sábado), pelas 16 horas na Biblioteca Municipal de Fafe com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleições Europeias;
- 2 – Eleição do Representante ao Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;
- 3 – Eleição da Coordenadora do Ensino Secundário e Ensino Superior;
- 4 – Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD;
- 5 – Outros assuntos.

Nota:
As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h30 às 18h30.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Braga
(João Miguel Sá)